

Instituto Saber de Ciências Integradas

Revista Científica

48ª Edição | Volume 11
Número 3 | maio/2024

ISCI

- **Ciências Agrárias**

- **Educação**

- **Empresarial**

- **Engenharia**

- **Jurídica**

- **MBA Executivo**

- **Saúde**

- **Social**

- **Tecnologia**

MULTIDISCIPLINAR



ISCI Revista Científica

Multidisciplinar

ISSN 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica

48ª Edição | Volume 11 | Número 3 | maio/2024



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica. n.3, v.11, Sinop, MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, maio, 2024.

Publicação Científica do Instituto Saber de Ciências Integradas - ISCI

Mensal

ISSN 2446-8436

1.Educação, 2. Problemas sociais e serviços sociais, 3.Administração e relações públicas, 4.Medicina e saúde, 5.Direito, 6.Engenharia, 7.Tecnologia.

370

360

650

610

340

620

000

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais: isciweb.com.br/livros



Direitos Reservados

As responsabilidades pelo conteúdo de cada um dos trabalhos aqui publicados, bem como seus direitos autorais, são dos autores que os assinam.

Proibida a reprodução dos Artigos aqui publicados sem a autorização de seus respectivos autores.

(art. 184 do Código Penal e Lei n 1º 9.610, de fevereiro de 1998)

Sumário

| | |
|--|----|
| EDITORIAL..... | 7 |
| EDUCAÇÃO | 9 |
| - A importância da literatura infantil para a formação de leitores (Jossivania Costa Silva; Marilene de Souza Silveira Carvalho; Marta Szolomicki; Veridiana de Araújo Sobrinho; Maura Sirlene Morilha Leão) | 11 |
| - Educação infantil, trabalhando o tema “O eu, o outro e o nós” (Gabrielle Alves Moreschi)..... | 20 |
| - Importância da Psicomotricidade na Educação Infantil (Maria Aparecida Soares da Silva; Taymi Maisa Soares da Silva Santiago; Luciene Alves de Jesus de Medeiros)..... | 24 |
| - Inclusão do deficiente auditivo: Estão as escolas preparadas para a inclusão? (Mariela Patrícia Curtolo; Daniela Elita Teodoro Claudino)..... | 33 |
| - Machado de Assis: sua importância para a literatura brasileira (Lucio Mussi Junior) | 46 |
| - Os principais desafios à inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista: a questão da formação de professores (Elizete Alves Ferreira; Antônia Alves Ferreira Fortuna)..... | 50 |
| - Prática Pedagógica: Indisciplina (Regiane Bentes Nascimento Guimarães; Luciene Alves de Jesus de Medeiros; Regiele Bentes Nascimento) | 69 |
| - Relatórios de experiências de estágio no Ensino Fundamental I (Gabrielle Alves Moreschi)..... | 85 |
| - Trabalhando trava-línguas no Ensino Fundamental I (Gabrielle Alves Moreschi) | 89 |

EDITORIAL

Esta edição está saindo no mês de maio, no qual são lembrados e homenageados os trabalhadores e as mães.

Só por meio do trabalho a humanidade sobrevive e evolui e, só por meio das mães ela se renova. São dois pontos fortes e decisivos para a vida humana.

Neste cenário, na maior parte das vezes, a mãe é a primeira a conduzir o indivíduo no caminho do conhecimento e, por sua vez, é o conhecimento que nos torna produtivos. Por mais simples que parece a execução de uma função, há de se ter o conhecimento necessário para desempenhá-la.

Assim, temos o orgulho de fazermos parte desse veículo de compartilhamento de conhecimento e, por meio dele, queremos parabenizar todos os trabalhadores e todas as mães!

Nossos agradecimentos aos autores, leitores, parceiros e colaboradores, por juntos estarmos mantermos esta Revista Científica ativa e cumprindo seu papel de compartilhar conhecimento.

Prof.^a Ma. Luzinete da Silva Mussi¹
Diretora Editorial da ISCI Revista Científica

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

EDUCAÇÃO

**- A importância da literatura infantil para a formação de leitores
(Jossivania Costa Silva; Marilene de Souza Silveira Carvalho; Marta
Szolomicki; Veridiana de Araújo Sobrinho; Maura Sirlene Morilha Leão)**

A importância da literatura infantil para a formação de leitores

Jossivania Costa Silva

Marilene de Souza Silveira Carvalho

Marta Szolomicki

Veridiana de Araújo Sobrinho

Maura Sirlene Morilha Leão

DOI: 10.5281/zenodo.11242935

RESUMO

O ensino da língua materna não tem garantido a habilidade de utilizar a escrita adequadamente. Muitas pessoas que aprenderam a ler e a escrever na escola não conseguem utilizar a linguagem em situações de leitura e escrita porque não compreendem ou interpretam o que leem. Por meio de uma revisão bibliográfica buscou-se responder ao objetivo de compreender as concepções de literatura infantil que contribuem para a prática pedagógica e a formação de leitores. A literatura infantil é um gênero voltado à criança e por isso é necessário compreender esta faixa etária para que os signos verbais e não verbais possam ser compreendidos totalmente. Não podemos considerar a literatura infantil somente como uma habilidade ou forma de instruir os indivíduos, pois a leitura pode trazer contribuições significativas para a sociedade. Um leitor precisa se envolver com a obra literária, encontrando um significado em sua leitura, para que possa compreender o texto e relacioná-lo ao mundo a sua volta. Dessa forma é necessário que o livro infantil seja esteticamente agradável, possua um texto interessante e encantador, estimulando assim, o imaginário das crianças.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Formação de Leitores. Escola.

Introdução

Durante a vida escolar das crianças, muitos conteúdos, metodologias e recursos pedagógicos são apresentados como forma de proporcionar o ensino e aprendizagem delas. Mas para que essa aprendizagem seja efetiva, é necessário uma boa leitura e interpretação para que as crianças consigam compreender sobre a vida e a realidade a sua volta.

Essa leitura pode ser motivada através de situações de necessidade, lazer ou obrigação. Independentemente da situação, a leitura é importante para a construção de conhecimentos bem como o desenvolvimento intelectual, estético e ético.

O contato com livros e histórias são práticas essenciais para o processo de aprendizagem e é de suma importância o trabalho dos professores e da escola com a literatura infantil, pois ela é capaz de desenvolver o interesse a leitura, o despertar da imaginação, facilitar a busca por novas palavras e auxiliar as crianças a se sentirem desafiadas a buscar conhecimentos e isso tem como consequência futura o desenvolvimento de pensamentos críticos de forma que saibam como interpretar a sociedade em que vivem.

Neste contexto, a literatura infantil permite que a criança desenvolva conhecimentos, habilidades entre outras emoções e sensações, mas para isso, é necessário que a escola pense em uma metodologia buscando o desenvolvimento integral das crianças.

Para despertar o prazer da leitura nas crianças, é necessário que o professor utilize a literatura em sala de aula, focando não só no gênero textual, mas permitindo que as crianças explorem formas diferentes de ler, imaginem as expressões dos personagens, de forma que se sintam motivadas e se interessem pelos livros infantis.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo compreender as concepções de literatura infantil que contribuem para a prática pedagógica e a formação de leitores.

Desenvolvimento

O livro foi por muito tempo considerado como um símbolo mágico que permitia desvendar segredos. Segundo Paiva e Oliveira (2010), na Idade Média, os indivíduos religiosos tinham acesso à leitura o que facilitava o contato com conteúdo sagrado e profano. Dessa forma, o clero, que tinha maior conhecimento espiritual, possuindo prestígio perante a sociedade.

Paiva e Silva (2021) afirmam que as primeiras literaturas para as crianças, foram escritas na França, no século XVII, como as “Fábulas” de La Fontaine, “As aventuras de Telêmaco” de Fénelon e diversas histórias de Charles Perrault que impulsionaram a literatura infantil, principalmente os contos de fadas.

Charles Perrault se destacou na história literária infantil pois a partir das histórias contadas pelos camponeses, ele atribuiu poderes aos seus personagens de monstros e animais, destacando a disputa pelo bem e o mal e fazendo com que a classe baixa vencesse a classe alta utilizando a inteligência. Pereira et. al. (2012) cita algumas de suas obras como “A Bela Adormecida no Bosque” e “Chapeuzinho Vermelho” que fazem parte de uma coletânea criada em 1697.

Com a Revolução Industrial no século XVIII, grande parte da população se mudou dos campos para as cidades, fortalecendo a vida urbana. Paiva e Oliveira (2010) afirmam que o livro passa a ser produto de consumo da sociedade capitalista e da grande massa popular, visto que agora era necessário melhorar as aptidões em serviços especializados. Contudo, o livro não perdeu a sua magia de projetar o leitor do mundo real para a ficção.

Segundo Silva et. al. (2021), com a origem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, a literatura infantil começou a ser incentivada na educação e reconhecida como campo literário. Vale destacar que a literatura destinada às crianças e aos jovens, possui concepções diferentes. A literatura infantil se refere ao conjunto de publicações com conteúdo recreativo ou didático, destinados ao público infantil.

Na segunda metade do século XIX, os autores construíram um acervo sólido, transformando a literatura infantil em uma parte significativa da produção literária da época. No Brasil, a grande maioria dos livros infantis era traduções e adaptações dessas obras.

No século XX, Monteiro Lobato se destacou no Brasil por buscar autenticidade e uma linguagem brasileira. Paiva e Silva (2021) acrescentam que ele se dedicou e lutou para manter a cultura brasileira em suas obras.

Mas nem sempre os livros infantis são vistos como uma forma de ensinar as crianças, geralmente eles são utilizados como material escolar para diversificar temas ou simplesmente como lazer. Contudo, a literatura infantil desperta prazer e diversão e leva as crianças a um mundo de cores e sensações. Por meio da leitura, as crianças reconhecem e compreendem as imagens e as palavras do mundo real, até que passa a interpretar o que aparece representado nos livros infantis.

A literatura infantil possibilita que os leitores dominem a linguagem e as formas literárias básicas formadas ao longo de sua educação literária. Assim, a literatura ampara as crianças no descobrimento de palavras que exprimem seu exterior e interior e abre discussões sobre sua própria linguagem (PAIVA; SILVA, 2021, p. 70).

Silva et. al. (2021) afirma que ler auxilia no processo de desenvolvimento da criança de maneira imensurável. Toda criança gosta de ouvir histórias, independente do gênero e através da imaginação, a criança melhora a oralidade e seu vocabulário, aprende a reconhecer e identificar personagens e cenários bem como a refletir sobre as situações que acontecem.

Além disso, o hábito de ler colabora com o pensamento crítico e o raciocínio lógico, favorecendo a memória e despertando emoções como raiva, bem-estar, tristeza, irritação, medo, entre muitos outros sentimentos.

Pereira (2007) afirma que nos dias de hoje, a prática da literatura infantil em sala de aula tem como princípio a formação de cidadãos críticos e reflexivos que sejam capazes de transformar a realidade a sua volta. Ao contar histórias ou inserir livros infantis em sua prática pedagógica, o professor consegue estimular a imaginação das crianças, fazendo-as compreenderem a diferença entre o real e o imaginário.

O professor não deve trabalhar os gêneros textuais em sala de aula, pensando somente no caráter utilitário, é preciso incentivar o prazer na leitura, permitindo que a criança crie novas situações, em um mundo de sonhos, desmitificando o preconceito, associando a história e personagens à sua realidade.

Através dos seus mais variados gêneros, a literatura infantil possui diversas características que são fundamentais para o desenvolvimento humano. Suas histórias abordam os sentimentos humanos, a luta entre o bem e o mal, as diferenças entre as classes sociais, frustrações, doenças, guerras, lições de moral, entre muitos temas que contribuem com os propósitos da leitura como: a ruptura, a adaptação, a imitação, o entendimento, a aceitação e não aceitação, superando um estreitamento de origem que a literatura infantil concede a educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que o leitor é o sujeito ativo na construção do significado de texto quando lê, pois, trabalha no objetivo do texto a partir do seu conhecimento do assunto, do autor e dos sistemas de escrita como: regras gramáticas, propriedades do gênero, etc. Em relação as crianças, é preciso pensar nas estratégias a serem utilizadas no processo de leitura como a velocidade, entonação de voz e fluidez, sendo necessário explorar o saber literário para que a mais simples história tenha significado para elas.

A literatura infantil deve ser trabalhada diariamente na escola, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois segundo Pereira (2007), colabora com a criatividade e imaginação das crianças. Nesta fase, os livros infantis devem ser ofertados às crianças juntamente com uma série de emoções e sentimentos que favoreçam o prazer pela leitura.

Paiva e Oliveira (2010) acrescentam que a literatura permite novas emoções e visões do mundo a sua volta, possibilitando o crescimento e autonomia dos indivíduos. Para isso, é fundamental pensar na construção e uso de metodologias adequadas para a formação de leitores literários, considerando a prática de leitura afetiva de textos, pois não importa o que o aluno leia, o importante é ele desenvolver o prazer de ler.

Bons leitores não são os indivíduos que decodificam signos e reconhecem códigos, e sim, os que compreendem seus significados nas mais diversas mídias.

O leitor consegue procurar na leitura as respostas àquilo que deseja, como por exemplo, desde satisfação e prazer às respostas de inquietações cotidianas. Para materializar a formação de leitores é necessário motivação, tendo como uma das bases o constante ouvir histórias literárias e, posteriormente, associado ao ato do ler. Outro fator indispensável é a convivência com livros diversos, contendo diversificadas informações, despertando os mais variados interesses dos futuros leitores (PERUZZO, 2011, p. 9).

Além disso, os livros devem fazer parte do cotidiano da criança para que ela se sinta familiarizada com a literatura e adquira o hábito de leitura. Peruzzo (2011) acrescenta que é fundamental respeitar a faixa etária do leitor e propor temas adequados a sua idade e conseqüentemente aos seus interesses.

Em sala de aula, o professor também por utilizar recursos pedagógicos como fotos, painéis e objetos, relacionados ao tema da leitura. No caso de crianças, o uso de materiais concretos desperta o interesse, tornando-as mais participativas.

Os interesses das crianças pelas leituras vão sendo modificadas conforme adquirem novas experiências de leitura e no seu dia a dia. Por isso, elas vão procurar na literatura o que é de seu interesse aprender e conhecer, ainda que a própria literatura possibilite novos conhecimentos.

Contudo, é função da escola e da família possibilitar a leitura, indo além da decodificação de signos. Segundo Pereira, Frazão e Santos (2012), praticar a leitura na infância desenvolve o prazer em ler e por isso o contato com os clássicos da literatura infantil colaboram na imaginação e criatividade, aumentando a capacidade de compreensão e interpretação. Neste contexto, a família é fundamental e tem a função de incentivar a leitura bem como acompanhar e contar histórias.

Além disso, a família pode incentivar a leitura antes mesmo das crianças nascerem. Ainda no ventre, o bebê já ouve e sente seus pais. Quando nascem, as histórias podem ser acrescentadas na rotina como durante o banho e amamentação. Também é necessário permitir que as crianças manuseiem, brinquem e explorem os livros infantis. Enquanto isso, por meio da troca de experiências entre professor e crianças, é possível desenvolver a capacidade de compreensão e interpretação dos mais diversos textos.

Contudo, o gosto pela leitura é fundamental na formação de leitores e para isso, pais e professores devem se aliar as obras literárias para criarem hábitos de leituras nas crianças. Se família e escola conseguirem manter um diálogo, se comprometendo igualmente com o desenvolvimento da criança, certamente haverá a formação de leitores competentes.

Conclusão

Foi possível concluir que a literatura infantil nas escolas não deve visar somente a habilidade de leitura ou uma forma de instrução. Saber ler não faz

da criança uma boa leitora, é preciso que que ela seja desafiada por leituras cada vez mais complexas, compartilhando suas visões de mundo e então se tornando leitora literária. Para a formação de leitores literários é preciso indagar o leitor por meio da curiosidade e da construção de novos conhecimentos.

A escola deve ser vista como um espaço privilegiado para realizar estudos literários, pois consegue dinamizar o processo de ensino e aprendizagem bem como o conhecimento da língua e suas expressões verbais significativas e conscientes. Na escola, as bases do conhecimento são desenvolvidas pelas crianças ao longo de sua formação enquanto a literatura infantil estimula o raciocínio, a percepção da realidade e seus significados, a consciência da relação entre o eu e o outro bem como a leitura do mundo a sua volta.

A família deve ser vista como uma extensão da escola e por isso é um instrumento importante para a formação de leitores, vendo o ato de ler como algo que vai muito além da decodificação de signos. O gosto pela leitura inicia antes das primeiras letras escolares, ele começa quando os pais leem para os seus filhos.

Portanto, para a formação de bons leitores, a criança precisa compreender a leitura não apenas como um momento de descontração, mas um momento de aprendizado, onde ela pode ler, interpretar e compreender tanto as lições de morais que são trazidas por algumas histórias como outras realidades e mundos fantásticos que contribuem para o seu desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF.

PAIVA, S. C. S.; OLIVEIRA, A. A. A literatura infantil no processo de formação do leitor. 2010. Disponível em

<<https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/175/10>>

Acesso em 18 mai. 2024.

PAIVA, F. J. O.; SILVA, E. D. Estudos da linguagem: Interfaces na linguística, semiótica e literatura em perspectiva. 2021. Disponível em

<<https://pedrojoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/01/Ebook-Estudos-da-linguagem.-2o-vol-1-1.pdf#page=56>> Acesso em 18 mai. 2024.

PEREIRA, E. de J.; FRAZÃO, G. C.; SANTOS, L. Ca. dos. Leitura Infantil: O valor da leitura para a formação de futuros leitores. 2012. Disponível em

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/2162/135>>

Acesso em 19 mai. 2024.

PEREIRA, M. S. A importância da literatura infantil nas séries iniciais. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 6, n. 1, jun. 2007.

PERUZZO, A. A importância da literatura infantil na formação de leitores. 2007.

Disponível em

<http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tex_completos/a_importancia_da_literatura_infantil_na_ADREANA.pdf> Acesso em 19 mai. 2024.

SILVA, B. P.; SANTOS, C. R. R.; FONSECA, G. A. S.; SILVA, J. S.; COSTA, J.

M. P. S. A importância da literatura infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE.

doi.org/10.51891/rease.v7i6.1522, 2021.

**- Educação infantil, trabalhando o tema “O eu, o outro e o nós” (Gabrielle
Alves Moreschi)**

Educação infantil, trabalhando o tema “O eu, o outro e o nós”

Gabrielle Alves Moreschi

DOI: 10.5281/zenodo.11403702

O trabalho com o tema "O eu, o outro e o nós" é fundamental na educação infantil, pois abre portas para a construção de relações saudáveis e respeitadas entre as crianças e com todos ao seu redor. É importante buscar mais sobre identidade, diversidade, empatia e cooperação, e não esquecer de trabalhar os aspectos emocionais e sociais das crianças. Outro ponto muito importante a ser trabalhado é o desenvolvimento de atividades que buscam incentivar a comunicação, a escuta e a valorização das diferenças que contribuem de alguma forma para que as crianças aprendam a conviver de forma harmoniosa, entendendo que cada pessoa é única e tem um papel importante na sociedade. Assim, trabalhar o tema "O eu, o outro e o nós" na educação infantil é uma maneira de facilitar a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

O tema "Corpo, gestos e movimentos" é importante na escola com as crianças na faixa etária de 3 a 5 anos, uma vez que abre portas para o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, cognitivos e emocionais. Nesse tema, é possível ir a fundo na consciência corporal, na expressão e na comunicação não-verbal, além de incentivar na prática de atividades físicas e no desenvolvimento de habilidades motoras. Por meios de jogos, brincadeiras e exercícios, as crianças aprendem a se movimentar de forma consciente e a expressar suas emoções e ideias por meio dos gestos e do corpo. Com a busca em se aprofundar nesse tema temos a permissão de ir a busca da autoestima, do respeito ao próprio corpo e do cuidado com a saúde.

O uso de traços, sons, cores e formas é muito importante na educação infantil, pois esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e criativo das crianças. Por exemplo, na aula de artes as crianças podem ir atrás de sua criatividade, experimentando diferentes traços e cores, além de aperfeiçoar a coordenação motora fina.

Os sons também são importantes para o desenvolvimento da percepção auditiva e desenvolvimento da fala. As formas e cores são utilizadas para ensinar conceitos matemáticos básicos. Ao utilizar traços, sons, cores e formas geométricas na educação infantil é uma forma de ensino lúdico e eficiente de estimular o desenvolvimento das habilidades cognitivas e criativas das crianças.

Escutar, falar, pensar e imaginar são habilidades fundamentais para o desenvolvimento das crianças. O escutar é muito importante para que as crianças venham aprender a ouvir e respeitar as opiniões dos colegas, e também irá ajudar a desenvolver a capacidade de compreensão. Já na fala é importante para que as crianças consigam se expressar e comunicar seus sentimentos. O pensamento é onde a criança entende que pode refletir e analisar as informações, desenvolvendo a capacidade crítica e na busca de resolver problemas. Na imaginação é o desenvolvimento da criatividade e de se reinventar a cada passo.

Todas essas fases estão ligadas a uma forma de desenvolvimento integral das crianças na fase de 03 a 05 anos.

No assunto que se refere ao espaço, ao tempo e na quantidade, as relações e as transformações são fundamentais para o desenvolvimento das crianças na educação infantil. O espaço, é importante para que a criança entenda sobre o ambiente na qual está inseridas, fazendo que elas possam identificar e explorar as formas diferentes dos espaços. Já o tempo é importante para que as crianças possam entender sobre passado, presente e o futuro e a organização do tempo. Quando falamos sobre quantidade é importante passar para a criança a eficiência e a importância da quantidade no dia a dia dela, teremos que desenvolver os conceitos matemáticos básicos, desenvolvendo as noções de contagem e numeração. As relações são importantes para que as crianças possam compreender e interpretar diferentes interações sociais, enquanto as transformações permitem que as crianças compreendam a mudança e a adaptação ao ambiente em que vivem.

Todas essas habilidades são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento e do desenvolvimento cognitivo das crianças e devem ser trabalhadas de maneira fáceis de ser compreendidas na educação infantil.

RESULTADOS OBTIDOS COM A PRÁTICA

A atividade prática foi realizada com as crianças da Educação Infantil em uma escola particular de Sinop MT.

O tema trabalhado foi “O eu, o outro e o nós”, através da comunicação e atividades ligadas a ela.

A comunicação é uma área muito importante porque estimula o desenvolvimento da criança, ajuda na socialização e na autoestima das crianças.

Nesta prática, foram selecionados diálogos do dia à dia das crianças, incentivamos a se cumprimentarem e conversarem livremente. Logo depois, buscamos brincadeiras que envolviam comunicações e a escuta, por exemplo brincamos de careca cabeludo e morto vivo. Por último, conversamos como foi o final de semana deles, está última etapa não teve muito êxito, em virtude de todos quererem falar ao mesmo tempo.

As crianças participaram com grande interesse e empolgação. As brincadeiras foram muito estimulantes. Deixamos cada um ditar o ritmo das brincadeiras, eles se divertiram bastante e interagiram uns com os outros.

Entre os pontos positivos, destacam-se a prática de atividades físicas de forma lúdica e a estimulação ao desenvolvimento da consciência corporal, da coordenação motora.

Como ponto negativo destaca-se a dificuldade em fazer as crianças executarem os movimentos de forma mais ágil.

Com relação a possíveis melhorias, em uma próxima oportunidade não adicionaria as mesmas brincadeiras para esta faixa etária.

Referências

NEUROSABER. Entenda por que brincar é importante para o desenvolvimento da criança. Neurosaber. S.d. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/entenda-por-que-brincar-e-importante-para-o-desenvolvimento-da-crianca/>

- Importância da Psicomotricidade na Educação Infantil (Maria Aparecida Soares da Silva; Taymi Maisa Soares da Silva Santiago; Luciene Alves de Jesus de Medeiros)

Importância da Psicomotricidade na Educação Infantil

Maria Aparecida Soares da Silva

Taymi Maisa Soares da Silva Santiago

Luciene Alves de Jesus de Medeiros

DOI: 10.5281/zenodo.11186067

RESUMO

Este artigo visa pesquisar e descrever a importância da psicomotricidade na educação infantil levando em consideração o desenvolvimento físico, social, motor e intelectual da criança, incentivando o movimento em todas as fases da vida. Através das atividades lúdicas as crianças brincam e aprendem ao mesmo tempo, usando sua imaginação e criatividade, com isso melhora o rendimento ao longo de sua vida escolar. É através dos movimentos que a criança expõe sua afetividade, seus desejos e comunicação. A psicomotricidade contribui para a formação e estruturação do esquema corporal, por isso é indispensável a prática de movimentos em todas as etapas da vida de uma criança, é por intermédio de atividades, brincadeiras e jogos que a mesma se diverte, interpreta e relaciona com o meio em que está inserida.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Desenvolvimento. Psicomotor.

ABSTRACT

This work aims at the importance of psychomotricity early childhood education taking into account the physical, social, motor and intellectual development of the child, and encouraging movement at all stages of life. Through play activities children play and learn at the same time, using their imagination and creativity, thereby improving performance throughout their school life. It is through the movements that the child exposes his affection, his desires and communication. Psychomotricity contributes to the formation and extrusion of the body scheme, so it is indispensable to practice movements at all stages of a child's life, it is through activities, games and games that the child has fun, interprets and relates to the body. the medium in which it is inserted.

KEYWORD: Child. Development. Psychomotor.

Introdução

A psicomotricidade e a ciência que estuda o movimento, é através dela que percebemos o desenvolvimento motor das crianças, tendo em vista o aspecto mental, psicológico, social, cultural e físico.

A educação infantil é a etapa fundamental do desenvolvimento da criança, tendo em vista a importância da escola e da creche, que conta com profissionais capacitado para ajudar no desenvolvimento dessa etapa fundamental na vida do indivíduo enquanto criança, fazendo um trabalho com qualidade na área motora. A prática da psicomotricidade deve ser compreendida como um processo de ajuda que acompanha a criança no seu processo de maturação, sendo assim as atividades desenvolvidas não podem ser de forma isolada devem ter objetivos a serem alcançados pelos professores.

Quando trabalha a psicomotricidade com crianças da educação infantil deve ser considerada educação de base nessa fase e nas series iniciais, contribuindo para a alfabetização e letramento do aluno posteriormente, pois ajuda o indivíduo ter consciência do próprio corpo e do mundo que o rodeia. Para Oliveira (2002, p.28), “o desenvolvimento psicomotor aparece no nascimento e se estende gradativamente de acordo com o conhecimento que a criança possui em explorar o que a rodeia.”

E perceptível a motivação dos educandos quando as atividades são através de brincadeiras e jogos, onde eles aprendem brincando, usando da sua imaginação e criatividade, observa se na prática que as crianças aprendem com maior facilidade, levando em conta que há maior motivação e satisfação no contexto lúdico.

Psicomotricidade

A psicomotricidade está ligada as diversas atividades emocionais cognitivas e motoras, ao longo das fases da vida humana, é responsável por todo o processo de aprendizagem, enquanto somos crianças, adolescente e até idosos.

A psicomotricidade e para a prevenção de dificuldades de aprendizado, para isso que com o tempo buscou-se a conhecer as bases teóricas da psicomotricidade, a psicomotricidade quando trabalhada na educação infantil apresenta como prevenção, pois tem como objetivo a estímulo de capacidades que serão usadas ao longo da vida do indivíduo, que passa por esse processo.

A psicomotricidade estuda três aspectos do ser humano: cognitivo, social e motor do ser humano. O cognitivo trabalha toda a parte do desenvolvimento da aprendizagem. O social trabalha a questão das emoções, já o motor visa trabalhar toda a parte de esquema corporal, lateralidade. O benefício da psicomotricidade é que trabalha para que a criança tenha um bom desenvolvimento ao longo de uma vida toda. A educação infantil ela e a base de toda uma vida que um ser humano vai ter.

Possivelmente uns dos percursores da psicomotricidade foi Henri Wallon, pois o mesmo publicou vários estudos na área do desenvolvimento da criança. Segundo Bueno (1998) a Psicomotricidade no Brasil tem seus primeiros registros e documentos em meados de 1950, neste período começava-se a reconhecer a ligação existente entre corpo e movimento, mas ainda não se visava o termo “psicomotricidade”. A sociedade brasileira de psicomotricidade só foi fundada em 1980 com o objetivo de ajudar profissionais que trabalhavam nessa área.

Como a psicomotricidade e trabalhada como forma preventiva tem-se maior ênfase de 0 a 3 anos, fase em que a criança recebe muitos estímulos.

História da psicomotricidade

A psicomotricidades nasceu junto com a história do corpo, e veio passando por várias fases ao longo do tempo, e sempre esteve ligada ao corpo humano. Na antiguidade, nas grandes cidades da Grécia se cultuava o corpo, nessa época se estudava o dualismo, corpo e alma, o movimento era estudado junto com o sentimento.

Os primeiros estudos sobre psicomotricidade foram datados do início do século XX, onde os primeiros discursos foram médicos, as primeiras pesquisas

tenham um enfoque neurológico. Dupré um neuropsiquiatra, é figura importante ao falar de psicomotricidade. Em 1909 ao afirmar a independência da debilidade motoro, foi a partir de Dupré que surgiram os primeiros estudos sobre a psicomotricidade baseados em estudos clínicos. Coste (1978) expõe que:

Psicomotricidade é resultante de um longo processo, pois nasce com a história do corpo, processo este muitas vezes marcada por cortes revolucionários e reformulação decisiva, mas que culminam em concepções modernas, que nos permitem compreendê-las (COSTE; 1978, p. 7).

Um dos percursores da psicomotricidade na educação foi o francês Jean La Boulch, usando-a na educação física.

A psicomotricidade na educação

Atividades simples do dia a dia como correr, marchar, dançar e escrever são atividades que envolve atividades motriz.

A psicomotricidade e uma capacidade psíquica de conseguir realizar movimentos, com isso ela se torna imprescindível na educação e no desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo da criança. O professor deve ter muito cuidado ao elaborar as aulas, para que os alunos tenham um desenvolvimento integral, ajudando os alunos a terem um aprendizado de forma lúdica e saudável. Devendo sempre priorizar os pilares que sustentam a educação: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

A educação psicomotora e a base no processo de intelecto aprendizagem da criança. Quando uma criança apresenta dificuldades no aprendizado, grande parte do problema está na base do desenvolvimento psicomotor. No processo de aprendizagem a psicomotricidade e o elemento básico, sendo usada com frequência, no desenvolvimento da lateralidade, estrutura temporal e pré escrita.

De acordo com Oliveira (apud COSTA, 2011:27):

“A educação psicomotora deve ser considerada como uma educação de base na pré-escola. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situação no espaço, a dominar seu tempo, a adquirir habilidades de coordenação de seus gestos e movimentos.”

Quando uma criança tem o desenvolvimento psicomotor malformado poderá ter problemas no aprendizado. Como por exemplo: A leitura a escrita, a direção gráfica e distinção de letras como ‘b e d’ e números como 2,3 e 7, muitos desses problemas podem ser evitados com um ensino adequado da psicomotricidade.

A importância da psicomotricidade na educação infantil

O processo de aprendizagem é muito complexo que não envolve apenas o cognitivo, o corpo e a mente devem ser valorizados da mesma forma, para o desenvolvimento integral do ser humano, pensando assim quando esse aspecto e bem trabalhado na educação infantil vai ser poupado muito trabalho na alfabetização e no decorrer da vida escolar. Quando a criança não tem sua estrutura temporal bem trabalhada poderá não ter noção de espaço e tempo, podendo não conseguir realizar algumas tarefas e assim se desmotivando a fazer outras. Quando a lateralidade de uma criança é mal desenvolvida ela terá problemas em ordem espacial, não saberá qual seu lado dominante e o não dominante, terá dificuldades de saber qual é a direita e a esquerda, em formar filas e seguir regras básicas.

A psicomotricidades tem papel fundamental no desenvolvimento e estruturação da criança, seu objetivo principal e a prática do movimento do corpo em todas as fases da vida do aluno. Na infância é importante a prática de brincadeiras e jogos. A psicomotricidade na educação infantil contribui significativamente, nos esquemas corporais, por isso a importância de jogos e brincadeiras lúdicas. Enquanto brincam as crianças aprendem a se relacionar com o mundo, aprendem a se conhecer e fazer suas próprias conquistas, sabendo reconhecer suas habilidades e limitações.

No processo de aprendizagem a psicomotricidade desenvolve-se com habilidades motoras que permitem movimentar-se de forma livre, madura, comunicar-se de forma clara e precisa; perceber e desenvolver movimentos rítmicos com o auxílio de jogos e movimento e danças; amadurecer habilidades motoras finas que facilitam a aprendizagem da escrita, “é de grande importância a educação pelo movimento no processo escolar, uma vez que seu objetivo central é contribuir para o desenvolvimento motor da criança o qual auxiliará na evolução de sua personalidade e no seu sucesso escolar” Le Boulch (1987).

Ao utilizar os jogos o professor deve estar ciente de que a criança não está brincando livremente, mas sim que há objetivos didáticos sendo o professor o mediador entre crianças e objetos propiciando as situações de aprendizagem articulando os conhecimentos trazidos pela criança àqueles que se deseja transmitir.

A importância do professor no desenvolvimento psicomotor na educação infantil reúne em um só contexto, o professor como profissional da Educação, com sua missão pessoal, conhecimento específico e habilitação técnica; almas que estão iniciando sua trajetória neste mundo, cabendo ao professor não só dar a elas as boas-vindas, mas ajudá-la em seu processo de adaptação em relação aos mundos interno-externo, ao mesmo tempo em que tem o importante, fundamental e incomensurável papel de fomentar o seu desenvolvimento de forma integral ou individualização.

A psicomotricidade assume um papel relevante no processo de individualização, na medida em que é uma maneira extremamente importante de expressão na individualidade, como também uma importante estratégia de intervenção, do aluno que inicia sua trajetória neste mundo.

Considerações finais

No decorrer desse estudo podemos constatar que jogos e brincadeiras podem ser valiosos instrumentos de trabalho nas escolas, começando na creche e seguindo por toda a vida escolar do aluno; sendo que os jogos e

brincadeiras nas escolas devem ser utilizados como uma ferramenta indispensável na prevenção de dificuldades provenientes do desenvolvimento inadequado do corpo.

Pude perceber, então, que a psicomotricidade é fundamental na vida da criança desde o primeiro ano de idade, já que mesmo através dos movimentos a criança se expressa. Fato que constatamos ao trabalhar com crianças do Pré I, pois algumas crianças sentiam dificuldades em certos momentos, por não terem sido estimuladas nos anos anteriores.

Geralmente, acontecia quando distribuía lápis de cor ou giz de cera, nesses momentos percebia que algumas crianças não sabiam sequer como pegá-lo e/ou manuseá-lo. Porém, era necessário que as crianças estivessem sempre com o lápis na mão, era um exercício contínuo, no intuito de desenvolver sua coordenação motora fina, desta forma sempre insistia nesse trabalho.

Ter as crianças como objeto de pesquisa foi gratificante para mim, pois pude aprender muito com elas, através das atividades propostas, com as brincadeiras, jogos etc. e percebi que o amadurecimento das habilidades motoras acontecia quase imediato e o crescimento da turma evidenciou-se. Fico muito feliz hoje, quando a supervisora de minha escola elogia o rendimento da turma, fazendo comparações entre o nível em que estavam e o que agora se encontram, graças a esse trabalho sistematizado e frequente com a psicomotricidade

Essa pesquisa possibilitou aprender mais sobre os mistérios dos movimentos do corpo que estão interligados com as demais áreas do conhecimento, como a linguagem oral, a escrita, as artes visuais, o raciocínio lógico-matemático entre outros, o que me tornou ainda mais habilitada para executar meu trabalho junto às crianças, das quais sou responsável.

Constatarei que, por mais que se fale de objetivos para serem alcançados em relação à psicomotricidade, cada pessoa tem a sua hora, a sua maturidade física e pedagógica e ela deve ser respeitada.

REFERÊNCIAS

BUENO, Jocian Machado. *Psicomotricidade Teoria e Prática: estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas*, São Paulo: Editora Lovise, 1998.

COSTA, Auredite Cardoso. *Psicopedagogia e Psicomotricidade: pontos de*
LE BOUCH, J. *O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até 5 anos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

COSTE, J. C. *A Psicomotricidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. *Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997

OLIVEIRA, G. C. *Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

<https://www.psicomotricidadepositiva.com.br/importancia-do-professor-nodesenvolvimento-psicomotor-na-educacao-infantil> acesso em 05 de maio de 2024.

- Inclusão do deficiente auditivo: Estão as escolas preparadas para a inclusão? (Mariela Patrícia Curtolo; Daniela Elita Teodoro Claudino)

Inclusão do deficiente auditivo: Estão as escolas preparadas para a inclusão?

Mariela Patrícia Curtolo

Daniela Elita Teodoro Claudino

DOI: 10.5281/zenodo.11156144

Novos desafios para o educador

A audição é muito importante para o nosso desenvolvimento tanto individual quanto social. É deste sentido que nos comunicamos com o mundo e este se comunica conosco, desenvolvendo a nossa identidade, autonomia, sentidos, relacionamentos, interações pessoais e também manifestamos nossos anseios, sentimentos e necessidades.

A deficiência auditiva ou surdez consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir. É uma deficiência contemplada e integrada nas necessidades educativas especiais.

O deficiente auditivo tem carência de ouvir, no entanto, perante a lei ele é um indivíduo com direitos e deveres, mas nunca silenciosas e incapazes.

Gonçalves e Santos citam que:

Os surdos durante muito tempo foram discriminados, ignorados pelos ouvintes na sociedade, na escola e no trabalho. No entanto em virtude das grandes bandeiras da inclusão iniciada desde 1990 com a Declaração Mundial de Educação para Todos que culmina em 1994, com a Declaração de Salamanca e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 os surdos vêm buscando e conquistando o direito de serem incluídos, assim como o respeito pela sua cultura enquanto língua. (ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.5, n.1, pp.226-238, junho a dezembro de 2012).

Toda Instituição Escolar deve acolher os alunos com deficiência auditiva ou surdos; inúmeras legislações foram ditas e aprovadas com o objetivo de assegurar aos mesmos seu acesso e permanência na escola. Como, segundo Silva (2010), “a escola é responsável por atender às necessidades dos alunos de modo a suprir as suas dificuldades”.

Estão as escolas preparadas para a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais? Isso é um desafio às escolas, Machado menciona que “a inclusão provoca uma crise na escola, sobretudo quando defende o direito às pessoas com deficiência de frequentarem as salas de aula comuns” (MACHADO, 2009, p. 15).

Muitas preocupações surgem neste campo, muitas são as dificuldades e problemas enfrentados na busca da inclusão dos deficientes auditivos. Fernandes (2007, p. 37) conceitua que, há a necessidade de mudanças na ótica de seres dependentes, pois eles são capazes e participativos e, também diz, sobre as práticas necessárias a essa mudança como remoção de barreiras físicas e materiais para que possam ter essa participação na sociedade.

A inclusão da pessoa com deficiência é um movimento mundial de luta pelo reconhecimento dos direitos dessas pessoas na busca por seu lugar na sociedade.

Destacamos o deficiente auditivo que, devido a falta da comunicação oral e de estímulos sonoros, é dificultado seu aprendizado na alfabetização como também a aplicação de metodologias não contextualizadas com sua realidade. E, como sendo a minoria na escola, acaba ocorrendo uma predisposição à discriminação ou exclusão que pode levá-los ao auto isolamento.

“Compreender os conflitos e as tensões que constituem a história cultural dos surdos, nessa visão, requer o entender os interesses e as relações de poder que estão em jogo ao se perpetuar o mito de que os surdos são deficientes e incapazes.” (FERNANDES, 2007, p. 25).

Muitas preocupações surgem no processo de buscar facilitar a inclusão destes deficientes do ponto de vista social já que a interação com os ouvintes é dificultada ou quase nula devido ao seu déficit.

Os alunos com deficiência – surdos, cegos, com deficiência mental – estão diretamente relacionados a sistemas de representações, que tem a marca do poder hegemônico. Quando fixamos identidades, principalmente em representações excludentes e taxativas, como no caso dos alunos com deficiência, isso tem implicação direta nas práticas escolares, ou seja, esses, esses alunos podem ser vistos como incapazes de evoluir. Eles são categorizados e percebidos como “os diferentes”. São eles e não nós que marcam a diferença. (MACHADO, 2009, p. 106 e 107)

Incluir, também significa capacitar; capacitar os professores, os funcionários da escola, a família do deficiente e os demais alunos, pois a eles competem a maior tarefa que é a de aceitação no grupo através da socialização.

Possibilidades e dificuldades do professor

Estão nossos professores, funcionários e alunos aptos à inclusão de crianças com deficiência auditiva em sala de aula e ambiente escolar? “A escola inclusiva necessita de professores qualificados e capazes de planejar e tomar decisões, refletir sobre a sua prática e trabalhar em parceria.” (BERGAMO, 2010, p. 59).

Tem sido uma luta constante a inclusão de deficientes auditivos nas séries iniciais do ensino fundamental. Discutir sobre sua educação e como ela vem existindo aponta para a realidade das suas necessidades que por muito tempo foi negligenciada. O preconceito não se limita à sua deficiência. Justamente pelo fato de não enxergarem o “problema” do surdo, as pessoas acabam perdendo a paciência com sua deficiência.

O professor deve apoiar e estimular os alunos a envolverem-se ativamente em sua própria aprendizagem, como também, é de suma importância que o professor adote algumas posturas ao se relacionar com o deficiente auditivo como, por exemplo: ao falar, o professor deve se dirigir diretamente à criança deficiente, utilizando-se de vocabulários e comandos simples, claros, prestar atenção ao utilizar gírias, ter cuidado com a utilização de sinônimos, a aplicação de vocabulários alternativos quando o aluno não entender o que está sendo explicado, destacar os verbos nas frases para que o aluno possa entender as instruções e executa-las, sentar-se ao lado dele, decodificando com ele a mensagem de frases ou textos.

Também é importante o acompanhamento de professor especializado no caso de surdez total, como por exemplo, no uso de Libras que será abordado mais adiante. O professor especializado é aquele que desenvolve

competências para identificar as necessidades educacionais do aluno, define, programa, lidera e apoia a implementação de estratégias alternativas e adequadas ao atendimento da criança

A formação para um profissional especializado é comprovada através de cursos de licenciatura em educação especial, pós-graduação em áreas específicas, posterior à licenciatura comum para atuação no ensino fundamental ou no ensino médio; professores de aula comum que tem condições de atender à portadores de necessidades especiais em virtude de constar em seus currículos formativos conteúdos sobre a educação especial. Também os professores intérpretes com o uso da linguagem de sinais e as salas de recursos onde o procedimento pedagógico é conduzido de modo especializado.

Fernandes (2007, p. 16 e 17) já dizia que as necessidades especiais dos alunos extrapolam a ação escolar e comenta que a comunidade, os profissionais, os alunos e até mesmo o governo devem participar desse processo sendo o papel do professor, um mediador na formação desse aluno, e que para isso há a necessidade de mudar os paradigmas e conceitos já fixados.

Concordo com as palavras de Facion quando comenta que:

Mudar o paradigma significa pensar que queremos uma educação especial para todos e um mundo especial para cada um de nós, em que nosso olhar esteja atravessado pela dignidade e pelo respeito aos outros e às suas diferenças. Esse é um processo gradativo, que possui como pré-requisitos ÉTICA e RESPONSABILIDADE. (FACION, 2009 p. 121 – grifo do autor).

Um dos objetivos prioritários da escola refere-se à inclusão do aluno no ambiente escolar e, para atingir estas diferenças, a ideia pedagógica é a de eliminar o currículo homogêneo. Cada escola mantém o seu próprio currículo a partir da identidade dos seus alunos, das necessidades identificadas de cada um, procurando fazer com que o aluno se interesse pelas disciplinas escolhidas.

Como diz Fernandes (2007, p. 25), “compreender os conflitos e as tensões que constituem a história cultural dos surdos, [...], requer o entender os interesses e as relações de poder que estão em jogo ao se perpetuar o mito de

que os surdos são deficientes e incapazes.” O que nos resta é aprender para poder atender esses alunos.

Na medida em que seus direitos são respeitados e valorizados a criança deficiente auditiva, consegue desenvolver suas habilidades de forma ativa e dinâmica, por meio de propostas curriculares e da evolução de situações que outrora eram ignorados. Bergamo diz que: “para garantir que a escola inclusiva se estabeleça de fato no sistema educacional, é preciso promover algumas modificações na dinâmica escolar [...]” (BERGAMO, 2010)

Batista e Matoan, citados por Machado (2009, p. 78) salienta que:

Os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe a atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções dos professores responsáveis pela sala de aula das escolas comuns que tem alunos com deficiência incluídos. (BATISTA & MATOAN, 2005)

Machado (2009, p. 77) afirma que a Constituição garante a participação dos alunos com deficiência nas classes comuns, porém ressalta que cabe ao ensino especializado promover meios de acesso, permanência e continuidade da escolaridade aos mesmos.

Não se pode desprezar a falta de preparo da maioria dos educadores que atuam nessa área. Do ponto de vista social, as dificuldades se dão em função do despreparo dos educadores atuantes em classes de ensino regular. Grande parte da população com necessidades especiais ainda vive impedidos de usufruir seus direitos como membros da sociedade. “O papel do professor nesse contexto é de fundamental importância já que sua ação mediadora é imprescindível para a formação de culturas inclusivas no contexto escolar”. (FERNANDES, 2007, p. 16)

O professor necessita ter o conhecimento sobre o que é a deficiência auditiva, os níveis de perda da capacidade de audição e outras variáveis, e os consequentes efeitos sobre a compreensão da linguagem e do som, pois mesmo os alunos com aparelhos ou implantes na cóclea apresentam limitações.

O “ser” deficiente auditivo

Mas, afinal, o que é ser deficiente auditivo nas séries iniciais do Ensino fundamental? Quais suas chances em seguir seu curso de aprendizado com crianças classificadas como “normais”? Tem o deficiente auditivo ou surdo as mesmas chances, as mesmas oportunidades?

Concordo com Baggio e Nova quando esclarece que: “O ser surdo’ não supõe a existência de uma identidade surda única e essencial a ser revelada a partir de alguns traços comuns e universais. As representações sobre as identidades mudam com o passar do tempo, nos diferentes grupos culturais, no espaço geográfico, nos momentos históricos, nos sujeitos.” (ULBRA², 2009, p. 66).

Mantoan, comentado por Fernandes (2007, p. 43) ressalta que:

[...] os alunos com deficiências, especialmente os que estão em idade de cursar o Ensino Fundamental, deve, obrigatoriamente, ser matriculados, e frequentar com regularidade as turmas de sua faixa etária, nas escolas comuns e ter assegurado, em horário oposto aos das aulas, o atendimento educacional especializado complementa. (MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão – Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005).

Segundo a LDB nº 9.394/96, o Decreto nº 3.298/99 e a Lei Federal nº 7.853/89, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais.

É considerado deficiente auditivos crianças com perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis. É necessário saber que, em termos médicos, as perdas auditivas podem ser classificadas em Leves (20/40 dB HL) caracterizada pelo fato do sujeito não perceber fonemas; Médias (40/70 dB HL) onde ocorre atraso na linguagem e a voz é intensa; Severas (70/90 dB HL) quando se apresenta o aumento da tonalidade da voz, que se manifesta como grave, além disso, existe uma grande aptidão visual e a surdez Profunda (acima de 90 dB HL), onde o sujeito não percebe sua voz, e tem pouco estímulo.

² Ulbra: Universidade Luterana do Brasil.

Importante salientar que:

É necessário que todas as crianças possam estar na escola, sim, mas com a garantia de desfrutar, no âmbito social, de uma vida mais digna, pois de nada adianta planejarmos leis e políticas inclusivas voltadas para o ambiente escolar, se não promovermos no social uma equidade econômica capaz de não só levar os alunos para a escola, mas, principalmente, de reduzir a exclusão a que se acham submetidos inúmeros seres em nossa sociedade. (FACION, 2009, p. 61 - 62)

A pessoa com deficiência auditiva tende a ocupar seu próprio espaço, tanto na escola quanto na sociedade. Na medida em que seus direitos são respeitados e valorizados, a criança consegue desenvolver suas habilidades de forma ativa e dinâmica por meio de propostas curriculares e da evolução de situações que outrora eram ignorados.

Linguagem brasileira de sinais

Assim como o cego, que mesmo tendo suas limitações, não perdeu sua capacidade de comunicar, o surdo pode não ouvir, contudo, tem outra forma de comunicação que é a Libras.

É uma oralidade que passa pela gestualidade não de boca, ou melhor, não é uma voz que sai da boca, e sim é uma “voz” que se pronuncia na articulação dos gestos dos dedos. Nesse caso, há uma interlocução com as mãos, “linguagem de sinais é o símbolo por excelência da surdez e que a mesma apresenta uma estrutura própria, codificadora e com uma visão de mundo” (SKILIAR, 2001). A possibilidade de comunicação abre portas para os portadores desse tipo de deficiência.

Libras, ou Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna ou natural dos surdos brasileiros, digo Brasileira porque não existe uma língua de sinais universal. Baggio e Nova menciona que “cada país tem sua própria língua de sinais, com léxico e estruturas próprias.” (ULBRA, 2009, p. 19) E, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade.

“Língua natural, aqui, deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que é transmitida de geração em geração, e que muda – tanto estrutural como funcionalmente – com o passar do tempo”. (ULBRA, 2009, p. 17)

Ela foi estabelecida em Assembleia convocada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), em outubro de 1993. A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece e oficializa a língua de sinais brasileira, e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamentam e mantêm essa lei.

As Libras é uma língua visual, espacial, articulada por meio das mãos, das expressões faciais e do corpo. Possui regras gramaticais próprias, como por exemplo: a grafia sempre é feita em letra maiúscula: CASA, AMOR, BRASIL, a conjugação do verbo é representado no infinitivo: GOSTAR, USAR, FALAR, os pronomes pessoais representados pelo sistema de apontação. O alfabeto manual é a representação, por meio das mãos, das letras das línguas orais e dos seus principais caracteres. É um recurso para o aluno surdo soletrar nomes próprios ou empréstimos da língua portuguesa.

Com o reconhecimento das Libras, a oferta de educação bilíngue³ passa a ser organizada pelos sistemas de ensino como direito dos alunos deficientes auditivos, fundamental ao exercício da cidadania, de modo a viabilizar lhes o acesso aos conteúdos curriculares, levando em consideração, nesse caso, que a leitura e escrita não dependem da oralidade. As Libras e a Língua Portuguesa como 2ª língua (modalidade escrita) constituem complementação curricular específica a ser desenvolvida em salas de recursos das mesmas escolas em que o aluno surdo está matriculado, em horário diferente ao da classe comum ou como disciplina da parte diversificada do currículo. Skliar (2001) diz que para se trabalhar o bilinguismo faz-se necessário que os profissionais da educação que trabalham com deficientes auditivos precisam gostar do que fazem.

3

Dessa forma o bilinguismo passa a ser a bandeira de luta dos surdos, como própria de sua cultura, desde a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jontien, 1990, onde a Inclusão e a democratização passaram a ser pautas primordiais. Mais tarde em 1994 em Salamanca na Espanha, se constrói um documento oficial que legaliza todas as Instituições educacionais a incluírem os alunos surdos nas salas regulares, com acompanhamento especializado, e direito de ser respeitado na sua língua – A língua de sinais. Esse documento ficou conhecido mundialmente como a Declaração de Salamanca. (ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.5, n.1, pp.226-238, Junho a Dezembro de 2012).

Assim, os sistemas de ensinos devem organizar classes ou escolas bilíngues, abertas a surdos e ouvintes; viabilizar cursos de formação de professores; organizar serviços de tradutor e intérprete de Libras para atuação nas classes que têm deficientes auditivos graves ou severos.

Assim sendo, faz-se necessário que a escola e os professores estejam preparados para orientar os pais e saber trabalhar com o método bilíngue em sala de aula, entretanto o professore precisa no mínimo ter pelo menos dois ou mais cursos de formação continuada em Libras.

A capacidade dos professores e a estrutura da escola são fatores considerados fundamentais para a adaptação e desempenho dos alunos com deficiência auditiva, no entanto, se não houver estratégias que facilite o acesso e a permanência dos mesmos na escola, o processo inclusivo não terá bons resultados e conseqüentemente será um processo que irá beneficiar apenas aqueles que possuem determinadas condições, enquanto os menos favorecidos terão que continuar sendo segregados e vítimas do preconceito e da discriminação.

Sendo assim, apesar dos progressos, ainda há muito que fazer no sentido de promover o respeito aos direitos de cidadania aos deficientes auditivos. Fernandes complementa que “O papel do professor nesse contexto é de fundamental importância já que sua ação mediadora é imprescindível para a formação de culturas inclusivas no contexto escolar”. (FERNANDES, 2007, p. 16)

Os professores evadem-se em busca de melhores salários. É histórico o sucateamento do nosso sistema educacional. Porém não cabe culpar somente o professor, ele também é resultado do debilitado e falho sistema educacional.

Facion assim confirma quando diz que: “Trata-se de uma tarefa que não cabe exclusivamente ao professor”. (FACION, 2009, p. 117)

A débil formação dos professores é um grande obstáculo à reforma dos currículos. A posse do diploma de nível superior não representa garantia de uma formação de boa qualidade do profissional a quem cabe definir e colocar em prática o currículo real das escolas.

É uma utopia discutir as mudanças das diretrizes curriculares, quando as escolas operam em condições precárias, com professores mal preparados. Os cursos de reciclagem oferecidos pelo sistema não resolvem, o máximo que podem atingir é o objetivo da sensibilização, mas não o de formar conceitos.

Batista e Mantoan, citados por Machado (2009, p. 78) confirma quando diz que:

Os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe a atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções dos professores responsáveis pela sala de aula das escolas comuns que tem alunos com deficiência incluídos. (BATISTA & MATOAN, 2005)

Do modo como o ensino se processa, não há como esperar um trabalho por inteiro, mas sim, diluído, permeado por remendos, por colchas de retalhos. Educação é um processo a médios e longos prazos. Os primeiros passos são, como se sabe, os mais difíceis, mas, também, os mais importantes. São os que dão segurança para os passos subsequentes. Pular etapas provoca desequilíbrio tanto para quem aplica como para quem recebe a aprendizagem, lançar fórmulas, sem antes elucidá-las, é cair em desestruturação, em discordância à necessária mudança de comportamento de futuros profissionais, que ficarão desajustados, perdidos entre o que sabem e o que deveriam saber. A escola, nessas condições, não tem como cumprir a função de processar as profundas transformações das relações sociais e de trabalho.

Se bem que “estar preparado” é muito relativo. Devemos sempre ir à busca do conhecimento, embora essa tarefa não pareça difícil, o que lhes falta é a confiança na própria competência. Isso pode ocorrer por falta de

oportunidade, especialização, acreditar que a capacitação especializada é um requisito importante.

Machado assim diz:

Precisamos desconstruir e desfazer conceitos e preconceitos e permitir que a criança, em suas diferenças, "apareça" na escola, porque muito temos para aprender com elas. Precisamos da formação continuada para sabermos lidar com a educação das novas gerações no momento atual, de diferentes formas, haja vista o processo de "ensinagem", tão padronizado! (MACHADO, 2009, p. 95)

A formação continuada do professor não dará fórmulas para a inclusão, nem soluções para as dificuldades encontradas em sala de aula, porém promoverá uma mudança de olhar os processos de ensinar e de aprender e, para isso, o professor deverá estar aberto para questionar seu modo de ensinar e de encarar a aprendizagem dos alunos.

Conclusão

Ainda é necessário conscientizar os professores com alunos portadores de deficiência auditiva que ele tem um papel fundamental na escola, e que não se resume somente em desenvolver habilidades para que eles possam exercer autonomia, mas também para que eles possam evoluir como pessoa, pessoas que fazem parte da sociedade.

Somente transferir o deficiente auditivo para a sala de aula comum, só vai garantir a convivência com os colegas, é necessário mudanças estruturais, pedagógicas, até para que o profissional não se sinta responsável por falhas que não lhe diz respeito diretamente. A inclusão social é certamente o caminho para mudarmos a imagem do nosso País, que é palco das maiores injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, Regiane Banzatto. Educação especial: pesquisa e prática. Curitiba: IBPEX, 2010.

CONCEPÇÃO DA ESCOLA. Projeto Político Pedagógico. Colégio Objetivo de Campinas – Unidade Barão Geraldo, 2012.

FACION, José Raimundo. Inclusão escola e suas implicações. Curitiba: IBPEX, 2009

FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos. Curitiba: IBPEX, 2007.

_____. Fundamentos para educação especial. Curitiba: IBPEX, 2007

GONÇALVES, Arlete Marinho e SANTOS, Antônio Luís Parlandin dos. Alfabetização da Criança Surda: concepções e identidades. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.5, n.1, pp.226-238, Junho a Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>> (Acesso em: 29 abr. 2013)

GRAU DE SURDEZ. Portal Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> (Acesso em: 03 abr. 2013)

JUSTINO, Marinice Natal. Pesquisa e Recursos didáticos na formação e prática docente. Curitiba: IBPEX, 2011.

LEI PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL. Portal do Mec. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> (Acesso em: 03 abr. 2013).

MACHADO, Rosângela. Educação especial na escola inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas. São Paulo: CORTEZ, 2009.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos. Curitiba: IBPEX, 2010.

Ulbra – Universidade Luterana do Brasil. Libras. Curitiba: IBPEX, 2009

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 2ª ed. Porto Alegre: Meditação, 2001.

- Machado de Assis: sua importância para a literatura brasileira (Lucio Mussi Junior)

Machado de Assis: sua importância para a literatura brasileira

Lucio Mussi Junior

DOI: 10.5281/zenodo.11186185

RESUMO

Este artigo analisa a importância de Machado de Assis na literatura brasileira, destacando sua contribuição para o desenvolvimento da prosa realista e sua influência duradoura no cenário literário nacional. Por meio de uma análise crítica de suas principais obras e de sua abordagem inovadora em relação à temática, estilo e técnicas narrativas, demonstramos como Machado de Assis se tornou uma figura seminal na literatura brasileira e como suas obras continuam relevantes até os dias de hoje.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Machado de Assis.

Introdução

Machado de Assis (1839-1908) é frequentemente considerado o maior escritor da literatura brasileira e um dos mais importantes da literatura mundial. Sua obra abrange romances, contos, peças teatrais, crônicas e poesias, consolidando-o como um mestre da palavra escrita. Neste artigo, examinaremos a importância de Machado de Assis na literatura brasileira, destacando suas contribuições para o desenvolvimento do realismo no Brasil e sua influência duradoura no cenário literário nacional.

Contexto Histórico e Literário

Machado de Assis emergiu em um período crucial da história brasileira, marcado por mudanças políticas, sociais e culturais. O Brasil do século XIX estava passando por uma transição de uma economia agrária baseada na escravidão para uma sociedade mais urbana e industrializada. Essa transformação se refletiu na literatura, com o surgimento do realismo como

uma resposta à necessidade de retratar a realidade brasileira de forma mais objetiva e crítica.

Contribuições para o Realismo Brasileiro

Machado de Assis foi um dos pioneiros do realismo no Brasil, adotando uma abordagem inovadora que combinava observação aguda da sociedade com uma análise psicológica profunda de seus personagens. Em obras como "Dom Casmurro", "Memórias Póstumas de Brás Cubas" e "Quincas Borba", Machado explorou as contradições da natureza humana, revelando as complexidades da condição humana em uma sociedade em transformação.

Estilo e Técnicas Narrativas

Uma das características mais marcantes da obra de Machado de Assis é seu estilo único e suas técnicas narrativas inovadoras. Ele frequentemente empregava técnicas como a narrativa em primeira pessoa, a quebra da quarta parede e a ironia sutil para desafiar as expectativas do leitor e subverter convenções literárias. Essa experimentação formal tornou suas obras desafiadoras e instigantes, garantindo sua relevância contínua na literatura brasileira.

Influência Duradoura

A influência de Machado de Assis na literatura brasileira é inegável e duradoura. Sua obra inspirou gerações de escritores brasileiros, que foram influenciados por seu estilo, suas técnicas narrativas e sua abordagem crítica da sociedade. Além disso, sua obra continua sendo objeto de estudo e análise em escolas e universidades de todo o Brasil e do mundo, demonstrando sua relevância contínua na cultura literária global.

Conclusão

Em suma, Machado de Assis desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da literatura brasileira, ajudando a estabelecer o realismo como uma corrente literária dominante e deixando um legado duradouro que continua a inspirar escritores e leitores até os dias de hoje. Sua capacidade de capturar as complexidades da condição humana e sua habilidade para desafiar as convenções literárias garantem sua posição como uma das figuras mais importantes da literatura brasileira e mundial.

Referências

- ALBA, Vanessa Dall. Quem foi Machado de Assis e por que esse autor foi tão importante para a literatura brasileira? labdicasjornalismo.com. 2022.
Disponível em: <https://labdicasjornalismo.com/noticia/10611/quem-foi-machado-de-assis-e-por-que-esse-autor-foi-tao-importante-para-a-literatura-brasileira>.
- MOTTA, Carlos Eduardo Varella Pinheiro. História da literatura brasileira. Infoescola. S.d. Disponível em: <https://www.infoescola.com/literatura/historia-da-literatura-brasileira>.
- SOUZA, Warley. Machado de Assis. Brasil Escola. S.d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/machado-de-assis.htm>.

- Os principais desafios à inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista: a questão da formação de professores (Elizete Alves Ferreira; Antônia Alves Ferreira Fortuna)

Os principais desafios à inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista: a questão da formação de professores

Elizete Alves Ferreira⁴

Antônia Alves Ferreira Fortuna⁵

DOI: 10.5281/zenodo.11162120

RESUMO

Busca-se com este artigo revisitar a literatura que trata especificamente da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista, tendo em vista apreender os principais desafios à inclusão dos referidos estudantes. Para tanto, metodologicamente, efetuou-se uma busca no Google acadêmico a partir do descritor “inclusão de alunos TEA”. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e de natureza bibliográfica. Os resultados apontaram que os principais desafios enfrentados à inclusão dos alunos com TEA são: a) a ausência de formação adequada aos professores; b) falta de recursos e apoio especializado nas escolas; c) ausência de conscientização por parte dos colegas de classe; d) falta de políticas públicas efetivas e, por último, e) a falta de apoio familiar. Em função disto, foram realizadas as primeiras aproximações à questão da formação de professores de alunos especiais, sobretudo alunos com TEA.

Palavras-chave: Inclusão, TEA, Educação Básica.

ABSTRACT

This article seeks to revisit the literature that specifically deals with the inclusion of students with autism spectrum disorder, with a view to understanding the main challenges to said inclusion. To this end, methodologically, a search was carried out on Google Scholar using the descriptor 'inclusion of ASD students'. It is, therefore, a qualitative and bibliographical research. The results showed that the main challenges faced by autistic families and students are: a) the lack of adequate training for teachers; b) lack of resources and specialized support in schools; c) lack of awareness on the part of classmates; d) lack of effective public policies and, finally, e) lack of family support.

Keywords: Inclusion, Tea, Basic education.

⁴ Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), especialização em Psicopedagogia Institucional pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação. Alfabetização e Educação Infantil pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação. Trabalha na Escola Municipal Selvino Damian Preve na cidade de Santa Carmem-MT nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
elizeteferreira0474@gmail.com

⁵ Formada em Pedagogia pela UNEMAT, pós-graduação em Neuropsicopedagogia e Necessidades Especiais pela EDUCAVALES. Educação Infantil e Alfabetização pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação. Trabalha no CEMEI Gabriela Bedendo Torezzan na cidade de Guarantã do Norte – MT, na Educação infantil. antoniaaaffortuna@gmail.com

Introdução

A inclusão nas escolas brasileiras é de extrema importância para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. A inclusão se refere à prática de acolher e educar alunos com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais especiais no ambiente regular de ensino. Uma das principais razões para a importância da inclusão nas escolas brasileiras é o princípio da igualdade. Todos os estudantes têm direito à educação e devem ser tratados com respeito e dignidade. A inclusão promove a valorização da diversidade humana e combate à discriminação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A inclusão nas escolas brasileiras também é importante do ponto de vista pedagógico. A diversidade de alunos em sala de aula enriquece o processo de ensino-aprendizagem, estimulando a troca de experiências e o desenvolvimento de diferentes habilidades. Os professores são desafiados a adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada aluno, promovendo uma educação mais personalizada e efetiva.

A inclusão de alunos autistas nas escolas regulares é um tema que tem ganhado cada vez mais relevância nos últimos anos. Santos (2016) atribui aos avanços na legislação nacional sobre a política de educação especial, o aumento no número de crianças diagnosticadas com autismo em escolas regulares. No entanto, a inclusão dessas crianças enfrenta uma série de desafios que precisam ser superados para garantir-lhes uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades.

Quais são exatamente esses desafios? Para respondê-la efetuou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico⁶ na plataforma Google acadêmico. Assim sendo, esta pesquisa está estruturada conforme os desafios enfrentados pelas famílias e pelos alunos com TEA, segundo revisão da literatura. Tendo em vista

⁶ Minayo (2013).

que a formação de professores está entre os desafios, aproximamo-nos desta temática.

Desafios à inclusão escolar do aluno com TEA

Nos últimos anos, houve um aumento significativo no desenvolvimento e implementação de políticas voltadas para a educação especial em todo o mundo. Essas políticas visam garantir que todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Esse aumento reflete uma mudança na compreensão e na valorização da diversidade e da igualdade de oportunidades na educação.

Uma das principais razões para o aumento dessas políticas é o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, estabelece que todas as pessoas com deficiência têm direito à educação inclusiva e de qualidade em um ambiente que promova a igualdade e a participação ativa. Esse tratado internacional tem sido uma inovação para a implementação de políticas externas à educação especial em muitos países.

Além disso, sabe-se hoje da importância da educação inclusiva para os alunos de modo geral. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também contribui para o desenvolvimento social e emocional de todos os alunos. A interação entre crianças com diferentes habilidades e necessidades ajuda a criar um ambiente mais democrático, tolerante e respeitoso, preparando os alunos para uma sociedade efetivamente democrática, diversa.

Outro fator importante é o avanço da tecnologia e das práticas pedagógicas. Com o desenvolvimento de recursos e ferramentas tecnológicas, é possível oferecer suporte individualizado e adaptado às necessidades de cada aluno. A tecnologia assistiva, por exemplo, permite que crianças com deficiências físicas ou de comunicação tenham acesso a uma educação de

qualidade. Além disso, as práticas pedagógicas foram evoluídas para incluir estratégias de ensino diferenciadas, que atendem às necessidades específicas de cada aluno.

No entanto, apesar do aumento das políticas externas à educação especial, ainda existem desafios a serem enfrentados. Especialmente no que diz respeito à inclusão dos alunos com TEA, revisitamos a literatura e constatamos quais são os principais desafios à essa inclusão. Vimos que um dos principais desafios à inclusão do aluno autista é a falta de conhecimento e compreensão por parte dos professores e demais profissionais da educação. Muitas vezes, os educadores não estão preparados para lidar com as necessidades específicas desses alunos, o que pode trazer dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. É nesse contexto que surge o profissional AEE,

Para as escolas, a presença desse profissional está atrelada à dificuldade que os educadores, principalmente os professores, sentem em relação à aprendizagem das crianças com desenvolvimento atípico. E é atravessado por esse papel de mediação que o AEE se insere no espaço escolar. Sua função não é substituir o professor, mas sim possibilitar a comunicação e as relações interpessoais no contexto escolar, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e psicológico da criança. O ATE deve participar do processo de inclusão da criança com desenvolvimento atípico, intervindo no seu cotidiano e possibilitando-lhe maior autonomia e maior trânsito nos espaços sociais [...] (Santos, 2016).

Além de poder contar com o AEE, é fundamental que os profissionais recebam formação adequada sobre o autismo e estratégias pedagógicas inclusivas, a fim de proporcionar um ambiente acolhedor e adequado às necessidades individuais de cada aluno.

Outro desafio é a falta de recursos e apoio especializado nas escolas. Alunos autistas podem necessitar de adaptações curriculares, materiais didáticos diferenciados, acompanhamento terapêutico e suporte individualizado. No entanto, nem todas as instituições de ensino possuem estrutura e recursos suficientes para atender a essas demandas.

Ademais, Santos (2016) nos alerta que a estrutura por si só não é suficiente, se o professor não souber ou não quiser utilizá-la:

A existência de recursos pedagógicos na escola não garante que eles estejam sendo utilizados para a facilitação do processo inclusivo de crianças com TEA. A atitude do professor é de suma importância, visto que o que os professores dizem e fazem impacta na formação e no autossenso dos estudantes [...] (Santos, 2016, p.74).

Ainda sobre o desafio da falta de apoio, vale sublinhar que a falta de profissionais especializados, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, também pode dificultar a inclusão plena do aluno autista.

Para Bruner (2011), a falta de conscientização e facilidades por parte dos colegas de classe também representa um desafio significativo. O autismo é uma condição invisível, o que pode levar a estigmas e preconceitos por parte de muitos estudantes. É essencial promover a sensibilização e o respeito à diversidade desde cedo, para que os alunos autistas sejam acolhidos e incluídos de forma natural no ambiente escolar.

A falta de políticas públicas efetivas também é um obstáculo à inclusão do aluno autista. A legislação brasileira prevê a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional regular, por meio da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008). No entanto, muitas vezes essas leis não são inovadoras, faltando investimentos e planejamento adequado para garantir a inclusão plena dos alunos autistas.

Vale ressaltar que a consolidação da política nacional de educação inclusiva no Brasil após 1996 foi um processo gradual e complexo, marcado por avanços significativos na garantia do direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. A partir desse ano, o país passou a adotar uma abordagem mais inclusiva, buscando superar as práticas segregadoras e discriminatórias que historicamente permearam o sistema educacional.

Uma das principais conquistas nesse sentido foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que estabeleceu as bases para a construção de uma educação inclusiva no país. A LDB reconheceu a diversidade como um princípio fundamental e determinou que o ensino regular deveria atender a todos os alunos, incluindo aqueles com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

A partir da LDB, foram criados mecanismos para efetivar a inclusão educacional, como a implementação dos sistemas de ensino inclusivos em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esses sistemas devem garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, promovendo adaptações curriculares, metodológicas e de infraestrutura necessárias para atender às suas especificidades.

Conforme Caiado e Laplane (2009), outro marco importante na consolidação da política nacional de educação inclusiva foi a criação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em 2003. Esse programa tem como objetivo promover a formação continuada de professores e gestores, o desenvolvimento de recursos didáticos acessíveis e a articulação entre os diferentes níveis de governo para a implementação de políticas inclusivas.

Além disso, em 2008, foi promulgada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), que reforçou o compromisso do Brasil com a educação inclusiva. A Convenção estabelece que os Estados devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, além de garantir o acesso a escolas regulares e a igualdade de oportunidades na educação.

Para viabilizar a implementação da política nacional de educação inclusiva, foram criados diversos programas e iniciativas. Destacam-se o Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos (Pronase), o Programa Nacional de Apoio à Educação de Alunos com Deficiência (Pronap), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa BPC na Escola, que visa garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, ainda existem desafios a serem enfrentados para a plena consolidação da política nacional de educação inclusiva. A falta de estrutura adequada nas escolas, a formação insuficiente dos professores para lidar com a diversidade e a resistência cultural são alguns dos obstáculos que precisam ser superados.

Por fim, a falta de apoio familiar também pode representar um desafio à inclusão do aluno autista. A boa relação entre a família e a escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e sucesso educacional das crianças de modo geral, sobretudo no caso do aluno com TEA. Essa parceria é essencial para garantir um ambiente de aprendizado saudável e estimulante, promovendo o crescimento acadêmico, emocional e social dos alunos com TEA.

Segundo Cabral e Falcke (2021), uma das principais razões para a importância dessa relação é o fato de que a família e a escola são os dois principais contextos nos quais as crianças com TEA passam a maior parte do tempo durante sua infância e adolescência. A interação positiva entre essas duas instituições cria uma rede de apoio consistente e coerente para os alunos, fornecendo-lhes um senso de segurança, pertencimento e confiança. Quando a família e a escola trabalham juntas, há uma troca constante de informações sobre o progresso acadêmico e comportamental dos alunos. Os pais podem compartilhar suas observações sobre o desenvolvimento dos filhos em casa, enquanto os professores podem fornecer feedback sobre o desempenho escolar. Essa comunicação aberta permite que ambas as partes identifiquem áreas de melhoria e implementem estratégias eficazes para ajudar os alunos a superar desafios.

Além disso, a colaboração entre família e escola também é crucial para estabelecer expectativas claras e consistentes para os alunos. Quando pais e professores compartilham valores semelhantes em relação à educação, as crianças recebem mensagens coerentes sobre a importância da aprendizagem, disciplina e responsabilidade. Isso cria um ambiente propício ao engajamento dos alunos nas atividades escolares, pois eles percebem que todos estão trabalhando em conjunto para seu sucesso. A boa relação entre família e escola também desempenha um papel importante no apoio ao desenvolvimento socioemocional dos alunos. Os pais desempenham um papel fundamental na promoção de habilidades sociais e emocionais, enquanto a escola oferece oportunidades para a prática dessas habilidades em um ambiente estruturado. Quando há uma colaboração efetiva entre essas duas

esferas, os alunos têm mais chances de desenvolver habilidades como empatia, resolução de conflitos e autocontrole.

Conforme Cabral e Falcke (2021), também vale frisar que muitas famílias enfrentam dificuldades para lidar com o diagnóstico e as necessidades específicas do filho autista, o que pode refletir no seu desempenho escolar. É fundamental que as famílias recebam orientação e suporte adequado, para que possam contribuir no processo de inclusão e garantir o bem-estar do aluno. Ademais, uma boa relação entre a família e a escola pode refletir positivamente no desenvolvimento acadêmico do aluno com TEA:

Especificamente no contexto da inclusão escolar de crianças com TEA, constata-se que esse processo carece de maior discussão devido à complexidade do transtorno. Alguns estudos já sinalizaram benefícios da inclusão a tais crianças e suas famílias (Camargo & Bosa, 2009; Silva et al., 2020), como a melhora da concentração nas atividades propostas e, conseqüentemente, o cumprimento delas, além de propiciar o estabelecimento de interações com colegas. Esses resultados refletem na família, pois se atribui mais credibilidade às potencialidades da criança à medida que se percebe o seu investimento em relação à aprendizagem (Cabral, Falcke, 2021, p.495).

Logo, a inclusão do aluno autista nas escolas regulares enfrenta diversos desafios que vão desde a falta de conhecimento e recursos por parte dos profissionais da educação até a falta de conscientização e apoio familiar. Superar esses desafios exige um esforço conjunto da sociedade, das instituições de ensino e do poder público, garantindo atualmente uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

A questão da formação docente no processo de inclusão escolar

De acordo com Oliveira (2018), a discussão sobre como preparar os profissionais que atuam na área educacional é fundamental para garantir a qualidade do ensino e o desenvolvimento dos estudantes. Neste contexto, a formação de professores abrange tanto a formação inicial, realizada nos cursos de licenciatura, como a formação continuada, que ocorre ao longo da carreira docente. A discussão sobre a formação de professores é relevante por diversos

motivos. Em primeiro lugar, a qualidade da educação está diretamente relacionada à competência e ao conhecimento dos professores. Profissionais bem preparados têm mais condições de promover um ensino eficaz, utilizando metodologias adequadas e atualizadas, além de serem mais aptos a lidar com as demandas e desafios da sala de aula. Além disso, a formação de professores também está ligada à valorização da profissão docente (Gatti, 2014). Ao discutir e investir na formação dos professores, confirme a importância do trabalho realizado por eles e busque fornecer condições para o seu desenvolvimento profissional. Isso contribui para atrair e manter profissionais diversificados na área da educação, evitando a desvalorização e o desejo que muitas vezes afeta os docentes. Outro aspecto relevante é a necessidade de adaptação às mudanças sociais e tecnológicas. A discussão sobre a formação de professores deve contemplar as novas demandas e realidades presentes na sociedade contemporânea. Os avanços tecnológicos, por exemplo, têm impactado a forma como as pessoas se relacionam e aprendem, exigindo que os professores estejam preparados para utilizar essas ferramentas de maneira eficiente e significativa no processo de ensino-aprendizagem. A formação de professores também está relacionada à promoção da equidade e inclusão na educação. Ao discutir a formação de profissionais, é possível abordar questões como a diversidade cultural, a inclusão de alunos com necessidades especiais e a superação de desigualdades educacionais (Gatti, 2014). A formação adequada dos professores contribui para que eles estejam preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula e promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. Por fim, a discussão sobre a formação de professores é importante para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas práticas educacionais. Ao refletir sobre as melhores formas de preparar os profissionais da educação, abre-se espaço para o debate acadêmico e para a produção de conhecimento na área. Isso contribui para o avanço da educação como um todo, possibilitando a criação de estratégias mais eficazes e inovadoras no processo de ensino-aprendizagem (Gatti, 2014).

Ademais, segundo Ferro (2017), especialmente a formação do docente e o desafio de ensinar alunos com deficiência no ensino regular são questões

cernes no processo de educação inclusiva no ensino regular. Pois, embora a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares seja um direito garantido por lei tal qual expusemos anteriormente, visto que proporciona igualdade de oportunidades e acesso à educação para todos os estudantes, ela esbarra, sobretudo, na competência pedagógica do professor, que deve ser preparado, ainda em sua fase acadêmica, a reconhecer que a inclusão implica também na atitude do educador no que se refere ao respeito e a aceitação do próximo, quanto às suas limitações. Este, entre outros desafios à efetiva inclusão de alunos com necessidades educativas especiais serão descritos neste tópico da presente pesquisa.

Sabe-se que a formação do docente é um fator determinante para o sucesso da inclusão escolar. Os professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade de necessidades educacionais dos alunos com deficiência. A primeira etapa da formação do docente é a sua graduação em cursos de licenciatura. Durante esse período, da perspectiva formal, os futuros professores devem ter a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos sobre educação inclusiva, aprendendo sobre as diferentes deficiências e suas características, bem como as políticas públicas externas para a inclusão escolar. Além disso, é fundamental que os cursos de licenciatura ofereçam disciplinas específicas que abordem a temática da educação inclusiva, proporcionando aos futuros docentes uma base sólida para atuar nessa área. Os currículos dessas disciplinas devem abordar aspectos como adaptação curricular, recursos pedagógicos e tecnológicos, estratégias de ensino diferenciadas e avaliação inclusiva (Ferro, 2017).

Nesse sentido, Ferro (2017, p.17) levantou a seguinte hipótese de pesquisa: “[...] a formação do professor ainda se apresenta de maneira frágil, com dimensões que contemplam práticas pouco favoráveis ao trabalho docente para a perspectiva inclusiva, especificamente em se tratando de alunos com algum tipo de deficiência. ” Tal hipótese fora comprovada, pois conforme as constatações de Ferro (2017, p.85):

No percurso investigativo, com o objetivo de averiguar o processo formativo inicial docente junto à atuação aos alunos com deficiência em sala de aula do ensino regular, chega-se à compreensão que, a

despeito de existirem algumas disciplinas no currículo de formação sobre inclusão, os professores afirmam que os conhecimentos adquiridos não lhes deram a base suficiente para trabalhar, no ensino comum, com alunos com deficiências evidentes. A esses alunos, os professores não sabem como ensinar e, de fato, não foram formados para ensiná-los. Os resultados obtidos permitem avaliar que os professores têm pouca ou nenhuma formação que os habilite para um trabalho pedagógico centrado em estratégias que minimizem os impactos gerados, no desenvolvimento do aluno, pelas especificidades da paralisia cerebral, deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física/motora, transtorno do espectro do autismo e transtorno do déficit de atenção, tipos de deficiência com as quais esse grupo de docentes lida no cotidiano escolar.

Em outros termos, o autor afirma:

Em resposta a questão deflagrada desta pesquisa, a leitura dos dados confirma que as participantes deste estudo não se apropriaram de conhecimentos, competências e habilidades visando à inclusão educacional. O entendimento é que não foram preparadas para um trabalho na perspectiva da inclusão, de modo que a prática, ou seja, a experiência cotidiana é a fonte de conhecimentos para lidar com o aluno com deficiência. Para mudar essa realidade, aponta-se que ao futuro professor, em seu processo formativo, deve ser dado a conhecer a proposição legal de Educação Inclusiva no Brasil e suas propostas educacionais, uma vez que é perceptível o desconhecimento, por parte da maioria das pesquisadas, sobre o real significado de inclusão (FERRO, 2017, p.87).

Conforme Konkel, Andrade e Kosvoscki (2015) para atuar junto aos alunos com necessidades educativas especiais o professor deve aprender a mediar relações, estimular a aquisição de conceitos e planejar os conteúdos de modo que os estudantes efetivamente possam se apropriar dos conhecimentos socialmente legitimados. Ademais, as autoras Konkel, Andrade e Kosvoscki (2015) apontam outros desafios à inclusão, dentre eles, encontra-se a aceitação do estudante por parte do professor. Quando os professores de educação especial se demonstram acessíveis em relação aos seus alunos, isso pode ter um impacto significativo no desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses estudantes. Primeiramente, a aceitação do estudante por parte do professor de educação especial cria um ambiente seguro e acolhedor. Ao se sentirem aceitos e valorizados, os estudantes com necessidades especiais se tornam mais confiantes e motivados para participar das atividades escolares. Essa atmosfera positiva permite que os alunos se sintam à vontade para expressar suas opiniões, fazer perguntas e compartilhar suas experiências. Além disso, a aceitação também contribui para a construção de

relacionamentos saudáveis entre os estudantes e o professor, estabelecendo uma base sólida para o aprendizado. Em segundo lugar, a aceitação do estudante por parte do professor de educação especial tende a promover a autoestima e o bem-estar emocional dos alunos. Muitas vezes, os estudantes com necessidades especiais enfrentam desafios adicionais em relação à sua autoimagem e confiança. Ao serem aceitos e respeitados pelo professor, eles se sentem valorizados como indivíduos, o que fortalece sua autoestima e senso de pertencimento. Isso pode ter um impacto positivo na saúde mental dos estudantes, reduzindo o estresse e a ansiedade associados ao ambiente escolar. Em terceiro lugar, contribui para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. Quando os estudantes são aceitos e apoiados pelo professor, eles se tornam mais engajados nas atividades de aprendizagem. O professor pode adaptar as estratégias de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. Além disso, a aceitação também pode encorajar os estudantes na busca por ajuda quando necessário, promovendo a autonomia e a responsabilidade pelo próprio aprendizado. Em quarto lugar, a aceitação contribui para a igualdade e a justiça educacional. Ao considerar as diferenças individuais dos alunos com necessidades especiais, o professor está contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A aceitação do professor implica em tratar todos os estudantes com respeito e dignidade, independentemente de suas habilidades ou limitações. Isso ajuda a combater o estigma associado às deficiências e promove uma cultura de respeito à diversidade. Por fim, a aceitação do estudante por parte do professor de educação especial é fundamental para o sucesso da educação inclusiva como um todo. A inclusão não requer apenas a presença física dos estudantes com necessidades especiais nas salas de aula regulares, mas também a sua participação ativa e eficaz. A aceitação do professor é um fator determinante para que isso aconteça, pois influencia diretamente o engajamento e o desenvolvimento dos alunos. Por outro lado, a ausência da referida aceitação pode constituir fragilidades na formação docente, que, por conseguinte, acarreta em uma postura pedagógica que não mobiliza esforços necessários para acolher a diversidade. Para as autoras, a aceitação é indispensável para a construção do vínculo, que pode possibilitar

ao professor maior compreensão acerca das dificuldades do estudante e incentivá-lo a construir habilidades e capacidades de modo mais fácil.

No entanto, a formação inicial do docente não deve ser vista como suficiente para lidar com os desafios da inclusão escolar. Noronha (2017), Rocha (2017), Muttão e Lodi (2018), entre outros, advogam pela necessidade de formação continuada ao longo da carreira, com cursos de atualização e capacitação específicos para o ensino de alunos com deficiência. Essa formação deve ser pautada nas necessidades reais dos docentes, levando em consideração as demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar que visa a inclusão. A formação complementar contínua deve subsidiar o professor a desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos para aplicá-los nas diversas situações reais e inéditas com as quais ele possa se deparar no cotidiano escolar (NORONHA, 2017). Rocha (2017) salienta a necessidade de capacitação dos profissionais, sobretudo, para atender as reais necessidades de cada educando. Segundo o autor, o docente é o responsável pela mediação entre o aluno e o conhecimento e deve criar e estimular cenários pedagógicos de modo que os alunos tenham progresso em seu desenvolvimento e ampliem suas capacidades cognitivas, afetivas e de interação social.

[...] cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro. Para que os objetivos do processo de inclusão sejam alcançados, deve haver mudanças nesse processo dentro do contexto escolar, que são realizadas através da reflexão comprometida e responsável pelos envolvidos referente à realidade inclusiva (Rocha, 2017, p.2).

No que tange à realização de cursos de formação continuada, vale frisar a observação de Noronha (2017, p.50), segundo a qual há professores que buscam a referida formação apenas com o objetivo de obter declarações e certificados que favoreçam a progressão na carreira. No entanto, o professor

deve ter consciência da importância da aquisição do conhecimento e da implementação na sua prática, ou seja, “a importância de seu ato para adquirir habilidades que o capacitem para atuar junto a alunos com especificidades variadas como a do público-alvo da Educação Especial e, a partir de então, reformular sua identidade profissional” (Noronha, 2017).

Frente ao desafio da formação dos professores efetivamente habilitados à educação especial também é importante sublinhar a perspectiva do estudo de Milanese (2012), segundo o qual não devemos culpabilizar os professores por não possuírem tais habilidades e competências. Deve-se compreender que o oferecimento de formação é uma questão de políticas públicas, pois significa valorizar os profissionais e ajudá-los a lidar com a diversidade humana. Não somente o educador que tem um aluno com deficiência deve buscar conhecimento, mas todos, pois a cada ano, a demanda muda e mesmo que haja a presença de um professor especialista, o docente da classe comum tem o dever de ensinar e interagir com o aluno.

Além da formação do docente, segundo Rodrigues (2022), é importante destacar que a inclusão escolar efetiva dos alunos com deficiência no ensino regular requer a adoção de medidas estruturais nas escolas. É necessário que as instituições de ensino sejam preparadas para receber esses estudantes, oferecendo recursos físicos e materiais adequados, bem como profissionais de apoio, como intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e mediadores pedagógicos.

A inclusão escolar também exige uma mudança de paradigma na forma como a educação é concebida. É preciso superar o modelo tradicional centrado no ensino padronizado e passar a adotar práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa de todos os alunos. Logo, a formação do docente é um elemento fundamental para o sucesso da inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino regular. Os professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade de necessidades educacionais desses estudantes, desenvolvendo estratégias pedagógicas adequadas e promovendo a adaptação dos conteúdos curriculares. Além disso, é necessário que haja uma formação continuada ao longo da carreira, com

cursos de atualização e capacitação específicos para o ensino de alunos com deficiência.

Considerações finais

A inclusão nas escolas brasileiras é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Além disso, promove a valorização da diversidade, combate a discriminação, contribui para a formação de cidadãos conscientes e enriquece o processo de ensino-aprendizagem. É um caminho essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Desde 1996, o Brasil tem buscado consolidar uma política nacional de educação inclusiva, garantindo o direito à educação para todos os estudantes. A promulgação da LDB, a criação de programas e iniciativas específicas e o compromisso com a Convenção da ONU são marcos importantes nesse processo.

O aumento das políticas voltadas à educação especial reflete um avanço na compreensão e valorização da diversidade na educação. Estas políticas são fundamentais para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. No entanto, é necessário enfrentar desafios como a implementação eficaz das políticas e a garantia de recursos adequados. Com o comprometimento e investimento funcional, é possível construir um sistema educacional mais inclusivo e igualitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRUNER, J. S. (2001). A cultura da educação. Porto Alegre: Artmed.

CABRAL, C. S.; FALCKE, D. Relação Família-Escola-Criança com Transtorno do Espectro Autista: Percepção de Pais e Professoras. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v.27, p.493-508, 2021.

CAIADO, K. R. M.; LAPLANE, A. L. F. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. Educação e Pesquisa 35 (2) Ago, 2009.

GATTI, A Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. REVISTA USP. São PAULO, n.100, p.33-46, DEZEMBRO/JANEIRO/FEVEREIRO, 2013-2014.

FERRO, M. B. FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL. 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão-SE, 2017.

FRANCO, K. J. S. M. 2016. 119f. A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM GOIÁS (1990-2015). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Jataí-GO. 2016.

KONKEL, E.N.; ANDRADE, C.; KOSVOSKI, D.M.C. As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 12. 2015. Curitiba, PUC-PR, 2015. p. 5776-5790. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19144_8387.pdf> Acesso em 03 abr. 2024.

LIMA, N. R. C. Alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista: representações do professor. Dissertação – Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente. Universidade Federal de Pernambuco. 2019.

MENEZES, T. B. A. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS: Um estudo do tipo “estado do conhecimento” Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana-MG, 2021.

MENDES, W. S. A, BENÍCIO, E. R. A importância das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2946>> Acesso em: 13 abr. 2024.

MILANESI, J. B. Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). São Carlos: UFSCar, 2012. 183f. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/josi_dissertacao>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MINAYO, M. C. S. (2013). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (13.ed.). São Paulo.

MONTAIGNE, M. Os Ensaios. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

NEPOMUCENO, M. F. (2019), 171f. Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma análise sobre o modelo social. Tese – Doutorado em Educação e Docência. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG, 2019.

NORONHA, L.F. Formação continuada de professores do ensino médio para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Dissertação. 2017. (Mestrado em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus, Amazonas, 2017.

OLIVEIRA, M.D. A inclusão no contexto dos institutos federais de educação: A trajetória pedagógica do NAPNE/IFTM – Campus Uberaba. Dissertação. 2018. (Mestrado em Educação Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus de Uberaba. Uberaba, Minas Gerais, 2018.

POKER, R. B. et al. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 01 mai. 2024.

ROCHA, A. B. O. O papel do professor na educação inclusiva. Ensaio Pedagógico, v.7, n.2, jul/dez. 2017. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAOINCLUSIVA.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

RODRIGUES, L. S. (2022), 131f. As ações de formação continuada de professores da educação infantil, na perspectiva da inclusão, na rede municipal de ensino de Uberlândia, de 2008 a 2020. Dissertação – Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG.

SANTOS, A. A. Inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Significados e práticas. Dissertação – Mestrado em Psicologia – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 127f., 2016.

SÃO PAULO. Instrução CGEB, de 14 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a escolarização de alunos com deficiência intelectual (DI) da Rede Estadual de ensino de que trata a Resolução SE nº 61 /2014. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1, São Paulo, p. 31-32, 15 jan. 2015. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/LegislacaoEstadual/Instrucoes/4_EdEspecial_instrucao_DI_15012015.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

[1] Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), especialização em Psicopedagogia Institucional pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação; Alfabetização e Educação Infantil pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação. Trabalho na Escola Municipal Selvino Damian Preve na cidade de Santa Carmem-MT nos anos iniciais do Ensino Fundamental. elizeteferreira0474@gmail.com

[2] Antonia Alves Ferreira Fortuna², formada em Pedagogia pela UNEMAT, pós graduação em Neuropsicopedagogia e Necessidades Especiais pela EDUCAVALES. Educação Infantil e Alfabetização pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação. Trabalha no CEMEI Gabriela Bedendo Torezzan na cidade de Guarantã do Norte – MT, na Educação Infantil. antoniaaaffortuna@gmail.com

**- Prática Pedagógica: Indisciplina (Regiane Bentes Nascimento
Guimarães; Luciene Alves de Jesus de Medeiros; Regiele Bentes
Nascimento)**

Prática Pedagógica: Indisciplina

Regiane Bentes Nascimento Guimarães⁷

Luciene Alves de Jesus de Medeiros⁸

Regiele Bentes Nascimento⁹

DOI:

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem vai ocorrendo na estimulação do ambiente sobre o indivíduo, onde, diante de uma situação, se mostra uma mudança de comportamento, recebendo interferência de vários fatores – intelectual, psicomotor, físico, social e emocional.

Desde o nascimento, o indivíduo faz parte de uma instituição social organizada – a família - e depois, ao longo da vida, integra outras instituições. Nessa interação vai se construindo uma teia de saberes, onde todos os membros da sociedade são parceiros possíveis, contribuindo cada um com seus conhecimentos, suas práticas, valores e crenças.

Nossa rede de conhecimentos vai se formando dentro de instituições e assim cada vez mais é necessário inserir a Psicopedagogia para estudar como ocorrem as relações interpessoais neste ambiente.

O papel do psicopedagogo escolar pode e deve ser pensado a partir da instituição, a qual cumpre uma importante função social que é socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo, ou seja, através da aprendizagem, o sujeito é inserido, de forma mais organizada no mundo cultural e simbólico que incorpora a sociedade. Para tanto, prioridades devem ser estabelecidas, dentre elas: diagnóstico e busca da identidade da escola, definições de papéis na dinâmica relacional em busca de funções e

⁷ Graduada e pós-graduada em pedagogia e psicopedagogia pela Uniflor.

⁸ Graduada e pós-graduada em Pedagogia e psicopedagogia pela Uniflor - Guarantã do Norte -MT, e-mail: luciene.mtpa@hotmail.com
Graduada em Letras/Português e Pós-graduada em Ensino Fundamental II com ênfase no Ensino Médio pela Unopar.

⁹ Graduada e pós-graduada em pedagogia e psicopedagogia pela Uniflor.

identidades, diante do aprender, análise do conteúdo e reconstrução conceitual, além do papel da escola no diálogo com a família.

Na abordagem preventiva, o psicopedagogo pesquisa as condições para que se produza a aprendizagem do conteúdo escolar, identificando os obstáculos e os elementos facilitadores, sendo uma atitude de investigação e intervenção.

A Psicopedagogia institucional acontece nas escolas e tem por objetivo prevenir as dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, o fracasso escolar. Atualmente, em função do novo contexto educacional do ensino regular que recebe as crianças com necessidades educacionais especiais, a Psicopedagogia tem papel importante auxiliando os professores, os pais e a equipe escolar no trabalho com a inclusão, pois entendemos que somente conceder a vaga à criança com necessidades especiais não é suficiente (BOSSA, 2000).

A escola tem o dever de proporcionar o aprendizado dos alunos, por isso a equipe pedagógica deve elaborar planejamentos e segui-los de acordo com a realidade daquela escola. O planejamento do conteúdo a ser trabalhado só faz sentido se os professores perceberem que os alunos estão assimilando o que está sendo ensinado, pois a função da escola é favorecer a construção do conhecimento.

O Objetivo principal do estágio na Psicopedagogia Institucional é verificar quais as queixas mais frequentes no ambiente escolar através de pesquisas em forma de questionários e observação.

Como metodologia utilizada foi realizada uma visita para obter a autorização da diretora da escola por meio da documentação exigida pela Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã do Norte e esclarecer os objetivos do Estágio Institucional. Entre outras visitas como: Entrevista com os professores; Observação na sala de aula; Observação no recreio; totalizando cinco visitas na escola, sendo que após a análise dos dados, será realizada uma visita para a entrega da devolutiva à Escola.

Durante a visita na escola para análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), da mesma para uma avaliação mais precisa do documento que dará o perfil que identifica a escola. Ressalto como Estagiária em Psicopedagogia Institucional não tive acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola.

Foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa:

Entrevista com a diretora.

Entrevista com a coordenadora

Entrevista com a professora do 5º ano D vespertino

Observação da aula.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual Bairro União está situada na Rua 10, Nº 46 no Bairro União, tendo famílias simples vindas de várias partes do Brasil em busca de novas oportunidades econômicas e trazendo grandes esperanças de uma vida melhor, tais famílias reuniram-se e criaram a Associação dos Moradores do Bairro União, o qual originou o nome da escola, que permanece até hoje. Atualmente escola atende a Modalidade de Ensino em Ciclo de Formação Humana atendendo ao 1º e 2º Ciclo com a distribuição dos alunos por turno, Ciclo e Fase, Sala de Recursos e Articulação. Atende nos períodos matutinos, vespertinos, com duração de 04 (quatro) horas diárias, somando 20 (vinte) horas semanais. Tendo o 1ª Ciclo entre os 6 a 8 anos de idade e o 2ª Ciclo dos 9 a 11 anos de idades, sendo alunos atendidos do Bairro e de outros Bairros, bem como de chácaras onde utilizam o transporte escolar.

Muitas das crianças são atendidas por programas do governo como o PETI Mais Educação e Bolsa Família.

2.1 Estrutura física

A estrutura física da Escola Estadual Bairro União é boa. Possui um espaço limpo, organizado, bonito.

A Escola possui amplo pátio; horta cultivada pelos alunos; parque infantil; cobertura para pula-pula; laboratório de informática; sala de vídeo equipada com data show, computador, aparelho de DVD, retroprojeter, home theater; área coberta; 09 salas de aula, 01 sala de recurso; sala de brinquedoteca; quadra de esportes coberta, biblioteca, secretaria; sala de

articulação, sala da direção; sala da coordenação; sala dos professores; refeitório.

2.2 Equipamentos

Todas as salas de aula possuem armários de aço, mesas e cadeiras suficientes para os alunos e professor. A sala de vídeo possui home theater, notebook, caixa amplificada, projetor multimídias. A sala de recurso é equipada com laboratório tipo 1. O laboratório de informática é climatizado e possui 16 computadores em funcionamento. A sala dos professores é climatizada, possui 04 computadores com internet, 02 impressoras laser em rede, armários de madeira para os professores, mesas e cadeiras estofadas. Os ambientes administrativos são equipados com computadores com internet, armários, impressoras. A cozinha dispõe de freezer, geladeira, fogões industriais, armário de madeira, mesa inox. O refeitório possui 19 mesas com 6 acentos cada, 5 ventiladores de paredes.

2.3 Escola Estadual Bairro União





3. Queixa

A queixa principal entre a equipe entrevistada foi a indisciplina. Dentro da sala de aula segundo a professora o rendimento da maioria dos alunos é baixo em decorrência da indisciplina a falta de compromisso com os estudos. A sala em questão é de 5º ano.

3.1. Análise da queixa e primeiro sistema de hipótese

Após entrevista com a Diretora da Escola que é formada em Pedagogia, e tem como cargo Técnico Administrativo Educacional. A assumiu o cargo em caráter de emergência por não ter outro servidor a disposição no momento.

Após entrevista com a Diretora entrevistamos a Coordenadora que é formada em pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã do Norte e pós-graduada em psicopedagogia institucional e Clínica. De acordo com a coordenadora, os casos de indisciplinas é frequente na escola, não só dentro da sala de aula, mas nas atividades externas também, pátio , refeitório .

Ainda segundo ela os pais participam pouco da vida escolar dos filhos, delegando o papel de educar somente a escola, neste sentido fica difícil trabalhar sem a colaboração da família

De acordo com a Diretora e a Coordenadora, a principal queixa que se apresenta no momento na escola é a Indisciplina, sendo que o problema mais acentuado é no 5º ano D.

3.2 , Entrevista com a professora e segundo sistema de hipóteses

Em entrevista a professora nos relatou que a maioria dos alunos apresentam indisciplina e dificuldades de aprendizagem e de concentração na sala de aula, não demonstram interesse por estudar e aprender, não tem compromisso com as atividades e tarefas escolares e não se intimidam com notas baixas ou queixas aos pais.

Embora a escola tenha um sistema de ensino voltado a aprendizagem, com aulas de reforço , atividades extra classe , aulas de artes . horticultura etc, ainda assim a indisciplina se faz presente no cotidiano da escola,

3.3 Entrevista com os alunos 5º Ano D vespertino

Entrevistamos 3 alunos do 5º ano D.

Segundo os alunos a, b e c gostam de estudar , mas não gostam de ficar dentro da sala copiando , gostam de jogar futebol , gostam das aulas de artes , gostam de leitura .

Quanto a indisciplina foi questionado á eles se achavam que eram indisciplinados, segundo eles as vezes falamos alto , saímos do lugar , mas não somos indisciplinados , 2 não sabiam o que era indisciplina , explicamos que a indisciplina é como se fosse desobediência , quebra de regras e de conduta dentro da escola .não só dentro da sala . Mesmo assim não se consideraram indisciplinados,

Após entrevista com os alunos, foi possível numa primeira análise confirmar as hipóteses anteriores sobre os problemas apresentados.

Ficando configurado, portanto, a queixa da escola na visão de todos os envolvidos, como sendo a indisciplina.

De acordo com a Psicopedagogia Institucional a indisciplina pode ser enquadrada na “ordem do conhecimento ou na ordem da interação”, ou em ambas e que são considerados obstáculos à aprendizagem, segundo VISCA (1987)

Na ordem do conhecimento a falta de aprofundamento ou desconhecimento do tema ou conteúdo ensinado as manifestações são a indisciplina, desmotivação dos alunos, insegurança do professor em uma determinada turma;

Na ordem da interação os obstáculos estão relacionados à vinculação afetiva com as situações de aprendizagem dentro da Instituição e a comunicação.

A análise da vinculação afetiva apoia-se na descrição de *obstáculo epistemofílico*

(Visca 1977) que impedem o amor pelo conhecimento, atuando, sobretudo, na esfera afetiva da aprendizagem, isto é, no significado que tem o aprender e o conhecimento para o aluno.

O conteúdo a aprender atemoriza pela impressão de que vai tomar o lugar do que já foi aprendido, pela fantasia de que atacará os conhecimentos anteriores e pelo sentimento de confusão que desperta. Desencadeiam sentimentos hostis e defensivos, sendo responsáveis por boa parte das resistências ao novo conhecimento.

Outro obstáculo é o *obstáculo epistêmico*. Os obstáculos epistêmicos limitam o conhecimento através dos poucos recursos intelectuais (as estruturas cognitivas) que colocam à disposição do aluno. Imaginemos a proposição de uma situação de ensino que envolva características do pensamento operatório formal para uma criança que só disponha do pensamento operatório concreto: ergue-se, aí, um obstáculo epistêmico.

Os obstáculos epistêmicos constituem-se no processo de estruturação cognitiva, quer dizer, no curso da construção da inteligência. Por isso, são

afetados pelos mesmos fatores que a promovem, neste caso prejudicando-a na forma de produção de retardo, lentificação ou parada da aprendizagem.

Existem ainda os *obstáculos funcionais*: Preenchem, de certa forma, todo o espaço que se cria entre uma e outra categoria de obstáculos, abarcando os aspectos do funcionamento intelectual.

Se nos epistêmicos o aluno não dispõe dos recursos cognitivos de que precisa para aprender, nos obstáculos funcionais o aluno possui estes recursos, só que o uso que deles faz não é aquele requisitado pela situação de aprendizagem. É como se tivesse um instrumento e não soubesse o que fazer com ele, ou fizesse um uso inadequado.

Além destes obstáculos da aprendizagem, devem ser apreciados aqueles apoiados em perturbações do desenvolvimento humano em domínios gerais (neurológico, sensorial, físico etc.), pois determinam decisivamente a aprendizagem, embora sobre ela tenham menor incidência.

Os obstáculos que interferem na aprendizagem também podem estar relacionados a comunicação.

Ao analisar a comunicação em uma Instituição devem ser levados em conta os aspectos subjetivos: o tom de voz; os gestos que acompanham a comunicação; pela valorização entre os interlocutores ; pela possibilidade de gerar ou não maiores conflitos.

A partir da identificação dos obstáculos, cabe ainda uma segunda investigação, mais minuciosa, inclusive com entrevistas individuais com os alunos para após fazer os encaminhamentos.

4. Indisciplina num contexto histórico

A indisciplina tem se tornado um dos maiores problemas enfrentados pelo educador nos dias de hoje, e ao mencionarmos este problema não podemos nos esquecer de levar em conta os aspectos que podem contribuir para o crescimento da indisciplina, como a realidade a qual o aluno está inserido.

[...] indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, define-se indisciplina como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que supostamente refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, e aquilo que demonstram os estudantes. (GARCIA, 1999, p.102).

As definições de indisciplina escolar estão relacionadas com desobediência, mau comportamento, descumprimento de regras e normas da escola, falta de respeito pelo professor agressividade e desordem.

A Indisciplina pode e deve ser combatida com o uso da educação não permissiva, tempo não ocioso, afetividade no contexto de ensino escolar e dinamismos na prática educacional, é preciso mudar a didática do copia e cola e a mesmice semanal, faz se necessário que as aulas sejam atrativas, que a tecnologia seja usada de forma funcional para que os alunos tenham gosto por aprender , reduzindo assim a indisciplina dentro da escola.

5 Indisciplina e adolescência

6. Parecer Diagnóstico

A partir do relato da queixa feita pela instituição sobre a indisciplina no 5º ano. Foi desenvolvido um Diagnóstico Psicopedagógico Institucional na instituição com a turma do quinto ano D, com a intenção de identificar as possíveis causas da Indisciplina.

Foram entrevistadas uma Coordenadora, a Diretora e uma professora, mas todas disseram que a indisciplina e a maior queixa na instituição

Após a análise dos dados obtidos durante o período de investigação pode-se concluir que as dificuldades presentes na turma que porta os sintomas estão relacionadas a fatores ligados à família, ou seja na maioria o desinteresse dos pais no acompanhamento na vida escolar dos filhos.

O Problema de indisciplina, segundo a Psicopedagogia Institucional, são sintomas que se caracterizam como obstáculos à aprendizagem podem ser *enquadrados na ordem da interação e do conhecimento.*

A referida turma apresenta a falta de incentivo familiar, por isso, os alunos não se preocupam em ter um interesse pertinente aos estudos.

O corpo docente tem demonstrado preocupação com a indisciplina dos alunos e tem cumprido o seu papel em notificarem os pais e direção para sanar os problemas causados pela indisciplina.

Nesse sentido, é importante que a escola assuma o compromisso de dar continuidade no trabalho de orientações aos pais, encontrando novas formas através de palestras ou Consultorias Psicopedagógicas dando ênfase sempre na presença e participação ativa dos pais.

7. INFORME PSICOPEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Conforme, se faz necessário pensar uma forma de sanar as dificuldades apontadas pela Avaliação Institucional. Propõe desenvolver um projeto com recursos no sentido de minimizar ou superar indisciplina escolar, proporcionando a eles uma aula sobre o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Visando contribuir com o bom andamento da instituição, e, assim, favorecer o educando e a família que é o objetivo principal da escola, educar o ser humano para ser crítico e reflexivo ao conviver em sociedade.

7.1. Devolutiva a direção da escola

Com o objetivo de minimizar ou superar os fatores que desencadearam essa situação na escola, faz-se necessária uma intervenção psicopedagógica:

Primeiro: oferecer apoio imediato à turma do 5º ano D, é necessário também que a família compreenda essa importância e incentivem os seus filhos a importância da disciplina nos estudos e na sala de aula.

Segundo: envolver a instituição como um todo, visando o resgate de valores como respeito, generosidade e atenção na turma do 5º ano D, e as demais

turmas objetivando criar um espaço para a informação, reflexão e mudança da atitude frente às questões ligadas a ausência dos pais na vida escolar dos filhos

Terceiro: oferecer apoio imediato não só a turma portadora do sintoma observada, mas a todas as turmas em conjunto vivenciar a escola não só como espaço de aprendizagem de conteúdos educacionais, mas de convívio, de cultura, de valores, de pesquisa e experimentação valorizando o prazer de ir à escola.

7.2 Devolutiva a professora da escola

Com o objetivo de minimizar ou superar os fatores que desencadearam essa situação na escola, fez se necessário a mudança na rotina e no planejamento da professora.

Foi necessário mudar a forma de ensinar, aplicando aulas atrativas no laboratório de informática com pesquisas relacionadas aos conteúdos e temas aplicados , aulas expositivas , aulas com músicas , leituras em voz alta de textos atrativos e relevantes para as disciplinas e voltadas para a pré-adolescência que fez muita diferença .

8. Proposta de intervenção

Diante do resultado contido no Informe Psicopedagógico, se faz necessário pensar uma forma de sanar as dificuldades apontadas pela Avaliação Institucional, portanto se propõe desenvolver um projeto com recursos no sentido de minimizar a indisciplina proporcionando a eles uma aula sobre o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente para incentivar o bom andamento da instituição.

8.2. Objetivos

A escola Juntamente com os educandos chama a responsabilidade dos pais de estarem enviando os seus filhos para as aulas. Aumentando o vínculo entre pais e escola tendo em consciência a responsabilidade de educar seus filhos e não delegando apenas a escola o papel de educar e incentivar.

8.2.1 Objetivo Geral

Proporcionar atividades para a turma do 5º ano D, que apresenta o sintoma de indisciplina, incentivando o interesse dos educandos na vida escolar e na aprendizagem, visando melhorar o comportamento dos alunos na referida Instituição.

8.2.2 Objetivos Específicos

- Despertar o interesse pelas aulas;
- Compartilhar sentimentos positivos;
- Perceber os motivos toleráveis para justificar a indisciplina;

8.3.. Metodologia

Orientar os educados através da metodologia Construtivista.

8.4 Elaboração das atividades

A professora apresentará para os alunos um teatro com a presença de alunos de outra turma, mostrando os prejuízos da indisciplina na vida de crianças e adolescentes dando ênfase em: brigas por discussões, desistência da escola, violência escolar, bullying.

[...] a criança percebe a ação mediadora do adulto, tendo uma imagem do papel do professor e do papel que é esperado dela na instituição e procura

realizar as atividades propostas pelo professor, seguindo as pistas e indicações (1993, p. 122).

Nós professores devemos intercalar o papel de mediador e orientador na vida da criança estudante.

No primeiro momento a professora explica o que é a indisciplina e como se inicia.

No segundo momento a professora propõe que os alunos identifiquem situações em que a indisciplina está presente dentro da sala de aula.

No terceiro momento os alunos deverão criar uma história de algum aluno indisciplinado que já se deu mal ou foi rejeitado por causa da indisciplina.

No quarto momento a professora propõe aos alunos que elaborem um poema incentivando os alunos a terem mais interesse em estudar. Dando exemplo de atletas, professores, escritores que venceram por ser disciplinados.

8.5 Recursos

– Papel sulfite, lápis, borracha.

8.6. CRONOGRAMA

Este projeto poderá ser desenvolvido num período de um mês, sendo um encontro por semana. Fica a critério da escola a escolha pelos dias a serem trabalhados, respeitando e favorecendo a rotina dos Educandos e da Instituição.

9. Considerações finais

Chegamos à conclusão de que a comunidade escolar atribui o problema de indisciplina dos alunos na escola, a desestrutura familiar. Este projeto visa buscar alternativas de intervenções através do trabalho coletivo com

instrumentos diversificados para minimizar os problemas de indisciplina na sala de aula. Sendo assim, é necessário um acompanhamento constante ampliando a comunicação, sendo que toda mudança na educação se efetiva buscando mudanças nas práticas pedagógicas, para que dessa forma a sala de aula se torne um espaço de aprendizagem.

A sala de aula se deve também ao lugar que a escola ocupa hoje na sociedade, muitas vezes estão mal preparadas para enfrentar a complexidade dos problemas atuais e acabam produzindo a sua própria indisciplina.

Enfrentar a indisciplina, exige dos profissionais da educação uma nova sujeitos subservientes ou como adversários que devem ser vencidos e dominados, mas sim como integrantes protagonistas no processo do ensino. O caminho é reconhecer os alunos como possíveis parceiros de uma caminhada pedagógica humana que almejam a construção de uma sociedade mais justa, e solidaria.

As relações na escola devem ser de respeito a diversidade dos interesses pessoais e coletivos, deve -se valorizar, a escola e buscar construir uma realidade que atenda aos interesses da sociedade onde cada um desempenhe seu papel com responsabilidade.

10 REFERENCIAS

ASSIS, Árbila Luiza Armindo. Influências da psicanálise na educação: **uma prática psicopedagógica**. 2. ed. rev. / Árbila Luiza Armindo Assis. _ Curitiba: Ibpex, 2007.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar – Curitiba: Expoente, 2001.

FONTANA, Roseli A. Cação. A elaboração conceitual: a dinâmica das interlocuções na sala de aula. In: SMOLKA, Ana Luiza B; GOÉS, Maria Cecília Rafael de (orgs.) A linguagem e o outro no espaço escolar: Vigotsky e a construção do conhecimento. 12ªed Campinas SP: Papyrus, 1993, p. 119-149.

GARCIA, J. Indisciplina na Escola. Revista Paraense de desenvolvimento, Curitiba, nº 95, p. 101-108, jan/abr. 1999.

Grassi, Tânia Mara psicopedagogia: **um olhar uma escuta** / Tânia Mara Grassi. _ Curitiba: Ibpex, 2009.

Oliveira, Mari Ângela Calderari Psicopedagogia: **a instituição educacional em foco** / Mari Ângela Calderari Oliveira. – Curitiba: Ibpex, 2009.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **apresentação dos temas transversais: ética** / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. Ed. – Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 8.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. Ed. – Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 1.

Romanowski, Joana Paulin **Formação e profissionalização docente** / Joana Paulin Romanowski, – 4. Ed. rev. – Curitiba: Ibpex, 2010.

SERRA, Dayse Carla Gênero. Teorias e práticas da psicopedagogia institucional. 1.ed., rev. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2012. 110p. : 28 cm. Acesso em 31 de Outubro de 2017.

**- Relatórios de experiências de estágio no Ensino Fundamental I
(Gabrielle Alves Moreschi)**

Relatórios de experiências de estágio no Ensino Fundamental I

Gabrielle Alves Moreschi

DOI: 10.5281/zenodo.11403744

INTRODUÇÃO:

O objetivo principal deste trabalho é relatar sobre a prática do Estágio Supervisionado II, realizado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O estágio foi realizado na instituição escolar Escola Allegra com a turma do 1 ano do ensino fundamental, também busquei o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no curso de pedagogia.

A princípio foi realizada uma roda de conversa com os educadores da escola e com os demais profissionais da educação, para estar realizando a apresentação do projeto do estágio e quais os objetivos que serão buscados.

Para a aplicação do estágio busquei iniciar com questões importantes como a diversidade, inclusão, inserção do uso das tecnologias, desta forma o estágio supervisionado é uma oportunidade de vivenciar o cotidiano escolar, a sala de aula com embasamento teórico e prático.

A partir das orientações em sala pode se entender que o estágio é o que Freire (1987) retrata quando faz menções em relacionar a teoria com a prática quando coloca que “Os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo” (Freire, 1987, p. 121) diante de tantos desafios que se encontra a educação atual é de extrema importância pensar numa formação voltada para a ousadia em transformar em querer mudar.

Desta forma, para o graduando do curso de Pedagogia o estágio supervisionado se trata de um momento que segundo Freire, (1996, p. 26) é: Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática, de ensinar/aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mão dadas com a decência e com a serenidade. Este estágio nos Anos Iniciais

do Ensino Fundamental teve como objetivo geral do estágio supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental é entender a importância da prática educacional em sala de aula.

PERFIL DA TURMA

Estive estagiando na sala do 1 ano do ensino fundamental, na sala tem 23 crianças entre 6 anos e 7 anos. Quando as crianças chegam na escola as 7:00 da manhã acontece o acolhimento, logo em seguida realizam uma oração e vão para o lanche.

PROJETO DE ESTÁGIO

Tema: Ler e aprender através da literatura infantil.

Objetivo: O objetivo principal foi de promover o interesse e o gosto pela leitura, ampliando e desenvolvendo o universo linguístico e a comunicação oral e escrita.

Conteúdo: As crianças demonstravam muito interesse pelos livros e queriam saber o que poderiam aprender com eles, demonstrando que 'dentro' de cada um existe um universo de informações importantes.

Tempo estimado: O projeto foi utilizado 2 vezes na semana, nas quarta-feira e na sexta-feira, nas aulas de língua portuguesa, foram utilizados 01 hora das aulas para a realização do projeto.

Material utilizado: Utilizamos livros, revistas, gibis e jornais.

Desenvolvimento: Faremos uma pequena roda no centro da sala e distribuirei a todos os alunos os materiais utilizados, e ali faremos uma bela leitura.

Avaliação: Conseguimos um resultado muito bom, as crianças conseguiram alcançar um excelente resultado, aprimoramos a fala, a leitura e a aprendizagem de palavras novas.

Porém tivemos alguns problemas na atenção dos pequenos, até eles conseguirem encontrar algo que conseguisse fazer eles permanecerem concentrados, demorou um pouco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi uma grande oportunidade, onde tive 90% de aproveitamento, as crianças compreenderam e se divertiram com todas as atividades que foram propostas.

Tive um grande desafio na parte de conseguir obter a atenção das crianças, mas com os dias as crianças já estavam entrando no ritmo das aulas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FUTURA. Apostila de estágio supervisionado. Grupo Educacional FAVENI. S.d.

- Trabalhando trava-línguas no Ensino Fundamental I (Gabrielle Alves Moreschi)

Trabalhando trava-línguas no Ensino Fundamental I

Gabrielle Alves Moreschi

DOI: 10.5281/zenodo.11403773

Problema:

Como ensinar “Trava-línguas” para os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I?

Objetivos:

Ensinar aos alunos sobre os trava-línguas, sobre os seus sons e seus objetivos.

Caracterização do espaço:

A Escola é uma instituição particular e oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Na área externa conta com parquinho, algumas árvores que fazem sombra em um espaço gramado utilizado para brincadeiras e quadra coberta. Possui também salinhas de aula com móveis compatíveis com a idade das crianças, sanitários, refeitório e espaço de leitura.

Esta atividade foi realizada dentro da sala de aula, com a presença da professora titular da turma.

Público-alvo:

O público-alvo deste trabalho foi a turma do 3º ano do Ensino Fundamental I.

Justificativa:

A escolha desse tema se deu pela importância, na Língua Portuguesa, da classe de sons que emitimos para falar um trava-língua, levando à necessidade de que o conteúdo seja bem trabalhado nesta etapa de ensino, já que tal conhecimento servirá de base para o aprofundamento do estudo em anos posteriores.

Resultados:

Os alunos se divertiram bastante enquanto aprendiam sobre as travas línguas de forma prática e lúdica.

Percebeu-se, durante as atividades, que o conhecimento acerca do conteúdo trabalhado foi bem assimilado pelos estudantes e, por serem associados a momentos de diversão, certamente foram bem fixados.

PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE:

Tema da Aula: Trava língua, sons e letras.

Turma: 3º ano do Ensino Fundamental I

Objetivo da Aula: Construção do sistema alfabético e da ortografia.

Recursos Necessários: Caixas de sapatos enfeitadas e folhas impressas.

ATIVIDADES: Sorteio de travas língua.

Introdução: Inicia-se fazendo algumas perguntas à turma, com o intuito de identificar o conhecimento que eles já têm sobre o assunto.

Apresentação dos trava-língua: Iremos ler juntos os trava língua e depois vamos iniciar a nossa atividade.

Atividade Prática: Formaremos grupos com o máximo 05 crianças e ali entregaremos a nossa caixa para realizar o sorteio.

Encerramento: Ali juntamente com as crianças falaremos o que acharam da nossa atividade.

RESULTADOS OBTIDOS COM A PRÁTICA

O trabalho foi realizado com as crianças da turma de 3º ano (Fundamental), da Escola, da rede particular, que funciona aqui no município.

Buscou-se apresentar aos alunos, de forma bastante lúdica, os sons dos trava-língua, apresentando diversos exemplos que fazem parte do cotidiano.

Após a apresentação foram iniciadas as práticas, conforme o planejamento.

Os alunos se empolgaram com a “brincadeira” de tentar ler rápido o trava-língua que era sorteado.

Por fim, todos se divertiram e aprenderam bastante, ficando como ponto negativo apenas o fato de a aula ter acabado enquanto os estudantes estavam muito empolgados e querendo fazer mais atividades.

Considerações finais:

Conclui-se que ao se trabalhar o conteúdo de forma lúdica, por meio de práticas atraentes e divertidas surte um efeito positivo junto aos estudantes, facilitando o processo de ensino/aprendizagem e a fixação dos conceitos.

Referências:

FERNANDES, Márcia. Trava-línguas infantis. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/trava-linguas-infantis-faceis-e-dificeis/>

